



SETÚBAL
LATI quer criar
uma resposta
vocacionada
para as demências



SESIMBRA
Liga dos Amigos
da Quinta do Conde
pede reconhecimento
e respeito



CONSELHO GERAL
Estudo releva
importância
económica e social
das IPSS em Portugal

SETÚBAL FEZ A FESTA DA SOLIDARIEDADE

A próxima vai ser em Vila Real



ENCONTRO NACIONAL

Cooperação na ordem do dia

José Leirião
Membro da CNIS



O Comité Económico e Social Europeu fez 60 anos

Gostaria de partilhar convosco o discurso oficial do Presidente do Comité, o qual se centrou numa “**sociedade civil organizada e empenhada num futuro comum sustentável**”, propondo cinco prioridades que considera cruciais para uma União Europeia mais forte e mais inclusiva.

Uma União de Valores: reforçando os valores da dignidade humana, da liberdade, da igualdade, da democracia, do Estado de direito e dos direitos fundamentais, conforme consagrado no Artº 2º do TUE (Tratado União Europeia). Num momento em que esses valores fundamentais europeus são frequentemente questionados, temos de reafirmar, através das nossas palavras e acções, que são valores essenciais e inegociáveis, que asseguram a paz, a justiça, a não discriminação e a diversidade, como garantias de uma sociedade aberta, e definem aquilo que somos hoje e o que pretendemos ser amanhã. Antes de mais, temos de devolver humanidade à União, colocando as pessoas no centro de todas as suas acções. Chegou o momento de mostrar que estamos activamente empenhados em reforçar a democracia.

Investimento num crescimento sólido e partilhado: temos de assegurar uma transição harmoniosa para uma sociedade sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental. Em particular, tal poderá ser alcançado através da implementação de uma política industrial inovadora, sustentável e inteligente, baseada num mercado único forte, equitativo e indivisível, suportado por investimentos adequados e por progressos técnicos e ambientais. Continuaremos a apoiar as empresas e os trabalhadores europeus reforçando os actuais

modelos económicos e sociais bem-sucedidos e, simultaneamente promovendo novos modelos equitativos e sustentáveis.

Reforço do modelo social europeu: precisamos de uma Europa capaz de proteger e cuidar de todos os seus cidadãos, também dos que excluídos ou não conseguem integrar o mercado de trabalho. A aplicação eficaz do **Pilar dos Direitos Sociais** constitui um primeiro passo nesse sentido e é essencial quando se trata de garantir a inclusão social, o investimento social e a inovação social. Ao anteciparmos o impacto da digitalização e das alterações climáticas, temos de reforçar não só os nossos sistemas de protecção social, de negociação colectiva e de garantia dos direitos dos trabalhadores, mas também promover empregos de qualidade, condições de trabalho justas e rendimentos dignos para todos e proteger os direitos dos consumidores. Simultaneamente, precisamos de uma abordagem inteligente que permita desenvolver competências adequadas aos empregos de hoje e aos novos empregos que forem criados. Nesse sentido é essencial apoiar estas transições e a aprendizagem ao longo da vida. É também crucial para a Europa reavivar o espírito empreendedor, nomeadamente a economia social. As transformações que ocorrem no mercado de trabalho devem criar novos empregos dignos, ajudar a reduzir a pobreza, incluindo a pobreza no trabalho, bem como manter e reforçar o diálogo social e o envolvimento dos trabalhadores.

Uma nova narrativa europeia: estamos convictos da necessidade imperiosa de reforçar um sentido de pertença e de missão comum entre os cidadãos europeus. Precisamos, portanto, não só de políticas da UE mais eficazes,

mas também de uma nova narrativa europeia positiva que seja capaz de reaproximar os cidadãos do projecto europeu, e, ao mesmo tempo, restabelecer a confiança dos cidadãos na política, reforçar a coesão e inverter as tendências isolacionistas, nacionalistas e populistas. Este empenho assenta na cultura, na educação, no estímulo da criatividade, da abertura, da solidariedade e do intercâmbio intercultural. Precisamos, concretamente, de criar um ambiente propício para recuperar a confiança das gerações mais jovens na sociedade europeia.

Um diálogo mais forte e estruturado com os cidadãos: melhorar a ligação entre a União Europeia e os cidadãos reveste-se de importância capital. A União Europeia tem de recentrar-se nas pessoas de modo a proporcionar aos seus cidadãos uma melhor qualidade de vida. Através dos seus membros que representam as organizações da sociedade civil do respectivo Estado Membro e enfrentam diariamente desafios idênticos aos de qualquer outro cidadão europeu, o CESE desempenhou ao longo dos seus 60 anos de existência um papel activo neste domínio. Hoje, renovamos o nosso empenho em colaborar com todas as instituições da União Europeia e os líderes europeus para tirar o máximo partido desta ligação com a sociedade civil europeia em sentido mais lato, bem como da experiência e dos conhecimentos de que o CESE dispõe. Estamos confiantes de que juntos poderemos vencer a vaga de populismo destruidor e de xenofobia. Para além das novas formas de consulta dos cidadãos, não devemos esquecer a necessidade de estabelecer um diálogo civil adequado e de apoiar a participação pública. Reforçar este diálogo e participação é hoje mais importante do que nunca.

DEMÊNCIAS

CNIS integra Coordenação do Plano Nacional da Saúde

No âmbito da elaboração da Estratégia da Saúde na Área das Demências, aprovada em anexo ao despacho a publicar brevemente, foi constituída a Coordenação do Plano Nacional, da qual a CNIS se congratula por fazer parte integrante, estando representada pela Senhora Dra. Maria João Quintela, dirigente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.

20 DE JUNHO, TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

CNIS no Seminário Cidadania no Envelhecimento

A CNIS vai representada no Seminário Cidadania no Envelhecimento, mais concretamente na Mesa Redonda “A Proximidade (Solidariedade em Ação), que o Tribunal da Relação de Lisboa vai realizar no próximo dia 20 de junho de 2018, no seu Salão Nobre. Serão abordadas algumas das questões mais relevantes nessa área.

Tendo como tema principal A PROTEÇÃO

DA CIDADANIA NO ENVELHECIMENTO e procurando abrir OS CAMINHOS POSSÍVEIS (dessa protecção), o seminário debruçar-se-á sobre A PROTEÇÃO DA CIDADANIA:

- Na visão do próprio.
- Na interação com a família.
- Na contratação com as empresas.
- Em face da ação e inação do estado e suas instituições.

Cooperação

(conclusões do Encontro Nacional)

1. A rede capilar de serviços sociais prestados pelas IPSS em todo o País, a todos, mas preferencialmente aos mais desprotegidos, desde o litoral urbano às periferias despovoadas do interior, corresponde a um mandato e possui um fundamento constitucional, integrando a arquitetura do modelo português de proteção social. São, com efeito, os artigos 63º (4) e 84º da Constituição da República que impõem ao Estado o dever de apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social e de as integrar no sistema integrado, participado, descentralizado e universal da Segurança Social, como um dos pilares desse sistema.

A atividade desenvolvida pelas IPSS no âmbito da Solidariedade e Segurança Social é prosseguida, assim, em nome e por direito próprio, na sequência e com uma legitimidade que radica numa tradição e numa História multissecular de serviço aos outros, que a Constituição da República consagrou.

A previsão normativa que vem estabelecendo o modo como a acção solidária das IPSS se desenvolve, nas sucessivas Leis de Bases da Segurança Social e nos diplomas estatutários das mesmas Instituições, não corresponde a um arbítrio, embora virtuoso, dos sucessivos governos e maiorias parlamentares, antes traduz o cumprimento de um dever supralegislativo, conformador da forma e dos valores como se organiza o Estado.

Tal dever impõe-se a todas as forças políticas que se vão revezando no exercício do poder executivo, inscritas no âmbito dos valores e princípios constitucionais – no chamado “arco parlamentar”.

A acção das IPSS não é, pois, desenvolvida por delegação do Estado, em vez do Estado ou por favor do Estado – constituindo, pelo contrário, um pilar a par do Estado no prosseguimento do bem comum.

É por tal razão que a articulação entre as IPSS e o Estado, no que à acção social diz respeito, não é uma relação de complementaridade, mas de parceria e cooperação – para que nenhum dos pilares se desequilibre e faça desarticular-se a estrutura.

Não é só a razão formal do imperativo constitucional que impõe o papel acima descrito para as IPSS; elas asseguram serviços sociais de qualidade, com a proximidade que permite o foco na pessoa do outro e com a humanidade que assegura a solidariedade concreta, direta, pessoa a pessoa.

E serviços também mais baratos – embora isso não seja um bem em si, mas apenas o modo de, num País em que os recursos foram sempre escassos, chegar a mais beneficiários e assim aproximar-se do objetivo da universalidade do acesso aos bens públicos de que as Instituições, em cooperação com o Estado, dão provisão.

2. Esta “otimização dos recursos disponíveis,

de modo a possibilitar melhores prestações sociais, assentes nas relações custo/benefício/qualidade dos serviços” constitui, aliás, objetivo explícito constante do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, na sua Cláusula II, 1., e).

Ainda a este propósito, importa desmistificar a alegação, normalmente apresentada de forma hostil, de que são avultados os recursos públicos afetos à política de cooperação.

Mais de 60% dos valores do Orçamento do Estado atribuídos aos acordos de cooperação retornam ao perímetro orçamental, do Estado ou da Segurança Social, através da tributação e da TSU.

O Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, de 19 de Dezembro de 1996, assinado pelo Primeiro-Ministro, pelos Presidentes da ANMP e da ANAFRE e pelos dirigentes das organizações representativas das Instituições de Solidariedade e consagrado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 21/97, de 12 de Fevereiro, traduz, com grande fidelidade e atualidade, estes princípios e objetivos acima elencados, acrescentando-lhes, inovatoriamente, designadamente no seguinte:

- o alargamento da parceria e da cooperação, para além da área tradicional da Segurança Social, às áreas da Saúde, da Educação, da Qualificação e do Emprego, da Justiça, do Equipamento, Planeamento e Administração do Território e das Finanças;

- o estabelecimento da orientação de que o apoio financeiro relativo às modalidades de cooperação terá por base o custo médio das respostas sociais.

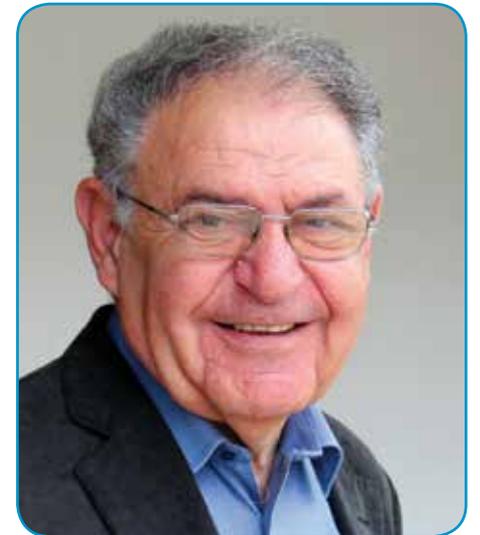
3. Não obstante este enquadramento, que corresponde ao quadro normativo e regulador ainda vigente, o espírito da cooperação e da parceria nem sempre está facilitado: alguns Serviços do Estado amiúde lidam mal com a autonomia e a identidade das Instituições, preferindo uma equívoca relação de tutela, entre senhor e súbdito, de duvidosa legitimidade jurídica, à paridade que resultaria do compromisso constitucional.

Os instrumentos fundamentais da política de cooperação, como os Compromissos bienais ou os Protocolos celebrados sempre de boa fé, nem sempre são respeitados pela parte pública.

Os serviços de acompanhamento da Segurança Social, que assumiam em regra uma posição de colaboração e de pedagogia na relação de proximidade com as Instituições, vêm sendo convertidos a uma perspectiva fiscalizadora hostil e marcada pela suspeição como sistema, com prejuízo para a tranquilidade da gestão da grande maioria das Instituições – gestão cuja qualidade é o oposto ao preconceito que vem sendo induzido contra a sua transparência e bom serviço.

Essa alteração não tem como origem apenas

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



a reconhecida diminuição dos recursos humanos do ISS, ao longo dos anos.

Decorre também da progressiva concentração e centralização em Lisboa de grande parte das competências que se encontravam historicamente atribuídas às entidades regionais do sistema público de Segurança Social, o que representa um retrocesso no princípio da proximidade que deve marcar as políticas sociais – aliás, de constitucionalidade duvidosa, tendo em conta o princípio da efetiva descentralização do sistema de Segurança Social consagrado pelo art.º 63º, 1 da Constituição.

As razões que porventura possam valer para justificar a unificação centralista do sistema de pensões e das prestações do regime contributivo não só não valem, como são incompatíveis com os princípios da ação social, como a flexibilidade e a proximidade.

Os grupos de trabalho constituídos no âmbito dos Protocolos e Compromissos de Cooperação, com vista ao diagnóstico conjunto dos constrangimentos atualmente existentes na política de cooperação e à sua sanação, têm vindo a ser adiados no seu percurso.

Mantendo a insegurança no que toca a domínios de ação das Instituições tão relevantes como são a educação pré-escolar e o acompanhamento do RSI, ambas previstas na Cláusula IV do Pacto de Cooperação.

O mesmo sucedendo na indeterminação dos custos médios, o que tem conduzido à progressiva asfixia financeira da gestão das Instituições e à sua insustentabilidade a breve prazo.

A participação das organizações representativas das Instituições no processo legislativo relativo a medidas que lhes digam respeito, estabelecida como vinculação no Decreto-lei nº 120/2015, de 30 de Junho, não tem sido tão concretizada nem eficaz como a cooperação o supõe e exige.

Urge avançar com o processo de revisão legislativa, prevista desde a Adenda ao Compromisso de Cooperação para 2016, tendo como objetivo a discriminação positiva das instituições de solidariedade no quadro fiscalizador e sancionatório, bem como a finalidade de assegurar a sua sustentabilidade, permanece imóvel.

Mesmo perante todas as dificuldades, as Instituições não transigirão nunca no que respeita ao cerne da sua matriz: garantir o acolhimento preferencial das pessoas e famílias em situação de maior desfavorecimento.

MINISTRO VIEIRA DA SILVA NA FESTA DA SOLIDARIEDADE

Governo defende o reforço de cooperação entre o Estado e o Setor Social Solidário

Em Setúbal, apesar da não colaboração de S. Pedro, 15 IPSS do distrito, envolvendo perto de 200 pessoas, asseguraram a animação da XII Festa da Solidariedade que se realizou no dia 9 de junho. Na parte institucional da Festa as intervenções políticas - com destaque para o discurso do ministro Vieira da Silva - deram louvores à Cooperação e sublinharam a vontade do seu aprofundamento, num trabalho conjunto com as organizações do setor. No próximo ano a XIII Festa da Solidariedade realiza-se em Vila Real.

Por entre os pingos da chuva e as revoadas de vento, os grupos oriundos das instituições, sobretudo do distrito de Setúbal, foram protagonistas no palco do Auditório José Afonso, e, à medida que o dia foi avançando e as condições climáticas melhorando, o anfiteatro ficou mais composto, cumprindo-se assim mais um ano de celebração da Solidariedade.

E foi em ambiente de festa que a tradicional cerimónia da chegada da Chama da Solidariedade se cumpriu, com o padre Lino Maia a entregar, uma vez mais, o facho solidário ao ministro Vieira da Silva.

Apesar de lhe ter sido sugerido não estar presente, devido às agrestes condições climáticas, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social fez questão de estar presente, tendo dito a esse propósito que “nem colocava a questão de alterar” a sua agenda, “porque a palavra associada ao esforço da solidariedade é tão importante para mil pessoas como para uma”. “Estivessem aqui mil pessoas ou apenas o padre Lino Maia eu estaria sempre aqui presente”.

A intervenção do governante acabou por ser uma reafirmação da vontade do Estado na cooperação com o Setor Social Solidário e na aposta “no trabalho em conjunto”. Em resposta a uma questão anteriormente lançada por Fernando Sousa, presidente da UDIPSS Setúbal, Vieira da Silva foi bastante claro. “Foi-me perguntado o que é que o Estado quer das IPSS. Não vou responder a essa questão, porque não penso que a questão seja essa. Nós temos que trabalhar em conjunto para sabermos o que queremos em conjunto e não que o Estado defina o que quer das IPSS ou as IPSS o que querem do Estado. Essa fase já foi ultrapassada. O padre Lino Maia já referiu a assinatura do Pacto de Cooperação há mais de 20 anos, que, também com momentos com mais vento ou mais acalmia, se tem mantido vivo. E lembro uma vez mais que quando fez 20 anos, a cooperação do Estado com as IPSS, na área da segurança social, multiplicou por três vezes. Isto quer dizer que a rede solidária, a rede de respostas sociais que trabalham em cooperação com a Segurança Social, triplicou em 20 anos. Não conheço outra área que tenha esta dimensão de cooperação com o Estado que tenha aumentado tanto”, argumentou



o ministro Vieira da Silva, reforçando a vontade de cooperação: “Vejo, por isso, este desafio mais como um desafio conjunto. Uma coisa para mim é clara, e esse compromisso posso exprimi-lo aqui de forma muito afirmativa, é que o Estado entende que as respostas sociais são melhor desenvolvidas pelo setor da economia social e não as pretende substituir. E o Estado entende também que a suas funções devem ser assumidas pelo Estado e não vai pedir às IPSS que as façam. Cada um no seu plano, trabalhando em conjunto, trabalhando naquele sentido em que o todo é maior do que a soma das partes”.

Nesse sentido, Vieira da Silva deixou uma palavra de confiança no futuro de cooperação: “Aquilo que fazemos em conjunto é muito mais do que aquilo poderíamos fazer separadamente. Por isso não tenho muitas angústias acerca deste futuro, será sempre de reforço de cooperação entre o Estado e o Setor Social. É evidente que com grandes desafios, porque a sociedade está a mudar, tem novos desafios, e o isolamento é um dos mais difíceis”.

O governante lembrou ainda a importância do passo dado no âmbito da economia social, com a criação da Confederação Portuguesa de Economia



Social (CPES).

“Este é um ano particularmente significativo

no domínio da Economia Social, aquele em que as diferentes famílias resolveram unir-se numa confederação, um passo livre e autónoma das instituições, mas que tem um significado muito profundo, pois Portugal passa a ser um dos poucos países que tem uma representação integrada e não unificada do amplo setor da economia social”.

Sobre mais uma edição da Festa e da Chama da Solidariedade – “sempre um momento importante que a CNIS protagoniza há uns anos, sempre num local diferente do nosso país e com este simbolismo de fazer a Chama da Solidariedade percorrer uma zona do nosso país e ao longo dos anos percorrer todo o país” –, o governante destacou o(s) simbolismo(s) da Chama da Solidariedade.

“A Chama é um símbolo com imensas leituras. Acompanha a humanidade desde os seus primórdios, dando-nos calor, luz, ajudando-nos a construir a nossa autonomia como seres humanos e é também uma prova de, como dizia o padre Lino Maia, resiliência e insistência”, começou por referir, sublinhando um segundo aspeto: “A Chama, neste formato muito associado ao espírito olímpico, tem ainda outro significado, que julgo que a CNIS representa com especial qualidade. Há uma dimensão em que a CNIS é mais intensa e que a Chama também representa essa qualidade, que é na aceitação da diferença e da diversidade. É uma grande casa onde coexistem pequenas e grandes instituições, com diferentes inspirações, mas todas unidas no sentido da promoção do bem comum. Esse valor simbólico da Chama como valorização da diferença e da diversidade, associa-se bem à CNIS, internamente, mas também à capacidade que tem de ser um parceiro fundamental no diálogo com as outras famílias da economia social”.

Falando antes do ministro, o vereador da Câmara de Setúbal, Pedro Pina, citara José Afonso, a propósito de o local onde se desenrolou a Festa da Solidariedade ter o nome do autor e músico, dizendo: “Setúbal nas palavras de José Afonso é «uma cidade sem muros nem ameias, gente igual por dentro, gente igual por fora», que é uma mensagem que tem muito a ver com a mensagem da Chama da Solidariedade, gente igual por dentro, gente igual por fora, numa sociedade mais justa e mais fraterna, no acesso e na participação da vida humana”.

A terminar também Vieira da Silva recordou José Afonso para, desde já, se associar à próxima edição da Festa da Solidariedade, que será em Vila Real.

“O senhor vereador lembrou palavras de José Afonso e poderíamos estar aqui um dia inteiro a lembrar palavras de José Afonso, muitas delas bem apropriadas para quando se fala de solidariedade, dos que mais sofrem, dos que têm alguma diferença, dos isolados ou dos esquecidos. Mas no espírito desta Festa iria lembrar uma das mais conhecidas frases que deu origem a uma das mais conhecidas canções de José Afonso, referindo-me ao trabalho que temos pela frente e particularmente ao nosso novo encontro em Vila Real, diria apenas: Traz outro amigo também!”.

O momento institucional da Festa da Solidariedade serviu para os habituais e devidos agradecimentos a quem tudo fez para que, mais um ano, a Chama e a Festa fossem realidade, envolvendo tudo e todos aqueles que tem espírito



solidário.

“Quero deixar uma palavra de grande amizade e gratidão pelo sucesso, pela envolvimento, pela cidadania, pela solidariedade ao senhor Fernando Sousa, presidente da UDIPSS, e a todos os demais dirigentes e a todos os que acolheram a Chama da Solidariedade”, afirmou o padre Lino Maia, deixando uma palavra ainda ao Poder Local.

“Muitas vezes se fala que as autarquias não são propriamente entidades vocacionadas para respostas sociais e para a cooperação neste setor. Todos sabemos que são de proximidade, de presença e de solução de problemas. E no distrito de Setúbal os autarcas veem-se como companheiros de jornada nesta vontade de criar melhores condições para as pessoas. Um obrigado aos autarcas e nós nas IPSS e na CNIS estamos muito interessados em fazer boas parcerias e em aprofundar a cooperação com as autarquias. Aqui encontramos exemplos muito bons de parcerias e comunhão de esforços para resolução dos problemas”, sustentou o presidente da CNIS, lembrando: “Temos vindo a pensar com o Governo que, de facto, há competências que podem passar para as autarquias. Há competências que estão muito bem entregues às IPSS, mas há algumas que podem passar para as autarquias. Não estamos contra isso, pelo contrário, reconhecemos que esse pode ser um bom caminho, uma boa opção”.

Por fim, dirigindo-se ao ministro Vieira da Silva, o padre Lino Maia disse que a CNIS compreende “que o Estado tem mais competências do que recursos e, por isso, nem sempre é fácil a cooperação”, ressaltando, porém, que com Vieira da Silva “o diálogo tem sido sempre muito bom e frutuoso”.

De seguida, o líder da CNIS reconheceu que “há aprofundamento na cooperação”.

“Sabemos que tem interesse nisso mesmo, sabemos que há caminho a percorrer e contamos consigo. E era bom que caminhando para os 25 anos do Pacto de Cooperação que puséssemos no terreno algumas das orientações desse documento. Contamos consigo, como contamos com todo este povo, estes dirigentes e estas instituições. A



todos bem-haja, resiliência, o caminho é para a frente, ninguém pode ficar para trás”, finalizou.

Antes, Fernando Sousa, presidente da UDIPSS Setúbal, lembrou os “nove meses de percurso, nove meses de grande emoção e grande alegria e também de grande afirmação do que são as IPSS”, acrescentando: “Apesar de todas as dificuldades, continuamos a dizer, nós somos solidários. Não queremos substituir ninguém, queremos participar porque somos parceiros, mas há necessidade de dizer que as instituições precisam de saber o que querem de nós. Estamos dispostos a aceitar uma parceria efetiva”.

Por seu turno, o vereador Pedro Pina sublinhou que “é inevitável encontrar os melhores caminhos da cooperação, afirmando ainda: “É um prazer fazer esta caminhada com as IPSS e que os autarcas do distrito têm feito de forma convicta. Esta relação estreita com o terceiro setor é um quadro que se impõe para conseguir dar resposta aos complexos problemas que continuamos a enfrentar, como a exclusão e a pobreza.

PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS

CNIS divulga recomendações da Comissão Nacional



A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJC), criada pelo Decreto-Lei n.º 159/2015, de 10 de agosto, é uma estrutura que funciona no âmbito do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, tendo “por missão contribuir para a planificação da intervenção do Estado e para a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens”.

A CNIS, enquanto representante das IPSS integra o Conselho Nacional na sua modalidade alargada.

As comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ), de acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, “são instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”, funcionando em modalidade alargada ou restrita.

A composição da modalidade alargada prevê um representante das IPSS ou de outras organizações não governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de proteção, respostas sociais de caráter residencial e não residencial, dirigidas a crianças,

jovens e famílias. No que concerne à modalidade restrita, a lei prevê, no artigo 20.º, que “a comissão restrita é composta sempre por número ímpar, nunca inferior a cinco dos membros que integram a comissão alargada. São, por inerência, membros da comissão restrita o presidente da comissão de proteção e os representantes do município (...), da segurança social, da educação e da saúde quando não exerçam a presidência. Os restantes membros são designados pela comissão alargada, devendo, a designação de, pelo menos, um deles ser feita entre os representantes de instituições particulares de solidariedade social ou de organizações não governamentais”, não sendo, portanto, obrigatório que seja sempre um representante de uma IPSS.

No entanto, nos casos em que, “excepcionalmente, por manifesta falta de meios humanos e em função da qualificação da resposta protetiva, a Comissão Nacional pode protocolar com as entidades representadas na comissão alargada a afetação de técnicos para apoio à atividade da comissão restrita”, tendo a CNIS informação que, neste momento, existem 13 IPSS protocoladas para o efeito.

Neste âmbito, dando cumprimento ao solicitado pela presidente da CNPDPCJ, Rosário Farmhouse, na reunião do passado dia 7 de maio, a CNIS promoveu a divulgação via online, para conhecimento das suas associadas com representação nas CPCJ, as duas recomendações aprovadas: Recomendação 1 - Perfil do Membro; Recomendação 2 - Prolongamento de



mandato do Membro da CPCJ.

Entre os dias 21 e 23 de maio, durante o Encontro Nacional das CPCJ 2018 («Ser criança no século XXI»), que decorreu na Figueira da Foz, a representante da CNIS na Comissão Nacional, Maria da Conceição Marques, aproveitou para reforçar, a par da representatividade assegurada em cada uma das comissões, o contributo das IPSS, sobretudo as que desenvolvem respostas sociais no âmbito da infância e juventude, na identificação, sinalização e despiste de potenciais situações de risco para crianças e jovens, através de uma estreita articulação, local, com as respetivas CPCJ, considerando ser, igualmente, um papel fundamental das instituições sociais no cumprimento da sua própria missão.

ESTATUTO DO CUIDADOR

Organizações do setor social com muitas reservas

As organizações do setor social manifestaram reservas sobre a criação do estatuto do cuidador, com a União das Misericórdias a defender um estudo sobre todas as dependências e um novo paradigma para o apoio domiciliário. “Se legislarmos agora podemos estar a fazer duplicações caríssimas para todos nós”, disse no parlamento o presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel Lemos.

Durante uma audição promovida pelo grupo de trabalho para o estatuto do cuidador informal, na sequência das propostas apresentadas pelos partidos, Manuel Lemos recordou a falta de unidades públicas para cuidar de pessoas com demência, mas sublinhou que uma coisa é ter cuidadores informais e outra será “formalizar” os cuidadores informais, o que considerou uma “contradição”.

“Talvez valesse a pena aproveitar o ‘know-how’ que as instituições do setor social têm nesta matéria”, disse, acrescentando que é necessário um novo paradigma para o apoio

domiciliário que não se foque apenas em cinco dias por semana, sem cuidados médicos que obrigam os idosos a recorrer frequentemente às urgências hospitalares.

O projeto do Bloco de Esquerda, defendido pelo deputado José Soeiro, visa assegurar dias de descanso e outros apoios a quem muitas vezes tem de deixar de trabalhar para cuidar de familiares. Neste sentido, preconiza também uma alteração ao Código do Trabalho para que seja tido em conta o trabalho do cuidador para efeitos de reforma.

“Não estamos a falar dos cuidados formais que devem ser prestados pelas instituições. O que pretendemos é defender direitos e deveres. Definir quem são as entidades que podem reconhecer esse estatuto, estabelecer um plano individual de cuidados. Defendemos também o direito ao descanso e às férias, que é absolutamente fundamental”, reiterou José Soeiro.

Em representação da Confederação Nacional

das Instituições de Solidariedade (CNIS), Maria João Quintela, afirmou que o estatuto em discussão não reflete a maioria feminina de cuidadores, face ao que o BE admitiu alterar a designação para “estatuto da pessoa cuidadora”.

Face ao objetivo dos documentos que se encontram em sede de especialidade, a responsável da CNIS declarou: “Os cuidados precisam de ser valorizados e dignificados, não tenho a certeza absoluta de que precisem de um estatuto”.

“É necessário que não se estrague por um estereótipo a bondade de quem presta estes cuidados”, acrescentou, alegando que atribuir um estatuto a uma pessoa poderá contribuir para a sobrecarregar e desresponsabilizar a restante família.

As audições decorreram no âmbito dos diplomas que se encontram no parlamento para se tentar alcançar um texto comum, face aos projetos de lei do BE e do PCP e de resolução do CDS-PP e do PAN.

CONSELHO GERAL

“As instituições estão a fazer milagres”

“As instituições estão a fazer milagres”, afirmou o presidente da CNIS, comentando o estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal», que em breve será apresentado. O documento revela que 17,25% das IPSS e equiparadas “desceram a linha vermelha, e isto não é circunstancial!”, alertou o padre Lino Maia.

O estudo, levado a efeito pela Universidade Católica do Porto, baseia-se na amostra de 400 instituições, de um universo de 5.755, e na análise das demonstrações de resultados.

“São 17,25% das instituições que têm o EBITDA [Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, que é a tradução da expressão em inglês «Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization»] negativo. Por outro lado, o incumprimento em termos de banca é residual em todo o conjunto, mas há quatro casos de incumprimento que são preocupantes”, acrescentou.

O padre Lino Maia destacou ainda outro dado do estudo bastante revelador da importância do Setor Social Solidário.

“Por cada euro que as instituições conseguem captar resulta em 4,218 euros, com a utilização de um multiplicador keynesiano. Este valor está balizado por um mínimo de 1,46 euros e um máximo de 10,48 euros”, revelou o líder da CNIS aos conselheiros, sustentando: “Fazemos melhor e chegamos a muito mais gente e este estudo vem desmistificar a ideia de que o que fazemos é com o dinheiro do Estado”.

O presidente da CNIS referiu ainda que, “em 1996, aquando da assinatura do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social falava-se que a comparticipação do Estado era de cerca de 55%, hoje anda entre os 42% e os 43%”, frisando: “O que nós fazemos é com mais qualidade e chegamos a muito mais gente, mas isto não destrói a responsabilidade do Estado. Os utentes comparticipam com 37% dos gastos enquanto o Estado paga apenas cerca de metade do restante”.

Na reunião do Conselho Geral, que decorreu em Fátima, no passado dia 4 de junho, a CNIS informou os presidentes das UDIPSS e das federações associadas presentes das dificuldades em fazer funcionar a Comissão Nacional de Cooperação (CNC).

Sem reunir ordinariamente como devia, “foi agendada para abril uma reunião extraordinária” a pedido das organizações do Setor Social Solidário, no entanto, esta “foi adiada para uma reunião ordinária em maio, que não aconteceu”, contou Filomena Bordalo, assessora da Direção, aos conselheiros, acrescentando: “Não tem sido fácil a realização de reuniões na Comissão Nacional de Cooperação e isto está a criar problemas às IPSS”.

A problemática é que há imensas questões a resolver quanto ao PROCOOP, ao Ser+ e a muitos mais programas.

Por outro lado, foram criados três grupos de trabalho no âmbito da Segurança Social, para se debruçarem sobre “custos técnicos, a fim de



se saber em concreto o que se gasta; recursos humanos, onde se estudará a possibilidade de haver apenas um corpo técnico nas instituições; e outro ainda sobre fiscalização”.

A assessora da CNIS reafirmou ainda que, no que respeita ao Pré-escolar, “não se aplica às IPSS a legislação do setor privado e cooperativo, porque as instituições integram a Rede Nacional”, acrescentando ainda que “há um défice de planeamento, que não leva em conta a existência de respostas da Rede Solidária”.

Por outro lado, Filomena Bordalo lembrou que “para a CNIS não é aceitável a exigência de as IPSS terem licença de funcionamento, uma vez que o acordo de cooperação substitui essa licença administrativa de funcionamento”.

A reunião do Conselho Geral abordou ainda um outro estudo, que será apresentado à Direção a 2 de julho, pela coordenadora do mesmo Felismina Mendes.

Trata-se do estudo «Diagnóstico da Saúde da População servida pelas IPSS», elaborado pela Universidade de Évora, e que se baseia em inquéritos junto de 823 IPSS, dos distritos de Setúbal, Santarém, Coimbra e Aveiro, e que abrange todas as respostas sociais.

“As nossas respostas não são apenas de segurança social, mas têm uma forte componente de saúde e de proteção social”, comentou o padre Lino Maia, no final.

Nota final para a informação prestada pela Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC), pela voz de Gil Tavares, que deu conta de um software e hardware desenvolvido para que o voto eletrónico seja brevemente uma realidade.

O trabalho desenvolvido a pedido da FAPPC, já foi apresentado publicamente e é desejado por países como Cabo Verde, Irlanda e Lituânia, sendo que a sua venda reverterá em parte para a federação.

LIGA DOS AMIGOS DA TERCEIRA IDADE, SETÚBAL

Iniciativa de um grupo de mulheres é hoje instituição de referência

Como muita coisa, inclusive no que à ação social diz respeito, o embrião da Liga dos Amigos da Terceira Idade (LATI) nasceu com o 25 de Abril de 1974. Um grupo de mulheres meteu mãos à obra e começou, por sua conta, a apoiar os mais velhos e mais necessitados. Desde aí, em diversos espaços, a maioria pré-fabricados, começou a desenvolver as respostas sociais, que foi diversificando ao longo dos anos. Com a construção do Centro Comunitário do Bocage deu-se o salto quantitativo e qualitativo que os responsáveis ambicionavam e hoje é uma instituição de referência na área dos idosos, mas também da infância e juventude.

Foi em 1974 que um grupo de mulheres de Setúbal decidiu fazer algo pelos mais velhos e mais desfavorecidos e pôr em marcha o que hoje é designado por SAD – Serviço de Apoio Domiciliário.

Solicitando bens de primeira necessidade a quem tinha, esse grupo de mulheres dava-os depois a quem necessitava, sobretudo alimentação e vestuário, e ajudava ainda na higiene pessoal e da habitação dos idosos.

No ano seguinte, o grupo começou a prestar apoio a 30 crianças em idade escolar (ATL), num pavilhão pré-fabricado em placas de betão, em terreno cedido pela Câmara Municipal de Setúbal, mas por falta de reconhecimento legal (era ainda e apenas um grupo da sociedade civil que fazia coisas), começa a funcionar com o apoio jurídico da Junta de Freguesia de S. Sebastião.

É, então, em 22 de março de 1979 que a Liga dos Amigos da Terceira Idade se constitui formal e juridicamente, adquirindo o estatuto de IPSS.

Em 1980, a autarquia sadina cede um pavilhão pré-fabricado em madeira à instituição, que aproveitou para alargar o leque de respostas à terceira idade, ali funcionando o apoio a idosos, o Centro de Dia e o SAD, e cuja inauguração foi em 1982.

Quase uma década volvida, em 1991, a instituição cria, no Faralhão (localidade a oito quilómetros de Setúbal), «O Palhacinho», com as respostas de pré-escolar (25 crianças) e ATL (30).

O crescimento da LATI foi paulatino e feito à medida que iam surgindo apoios para a sua atividade e sofreu um forte impulso, corria o ano de 1995, com o arranque do projeto do Centro Comunitário do Bocage, um centro integrado para todas as valências da instituição, parcialmente financiado pelo PIDDAC. O primeiro passo foi a construção de um ATL, que entrou em funcionamento em finais de 1997.

A restante área da infância começou a ser construída em 1998, com o apoio do FEDER e, posteriormente, a LATI arrancou para a



edificação do equipamento que hoje acolhe a área dos idosos, estava-se em 1999.

A área da infância iniciou atividade em 2001, sendo que no ano anterior a instituição inaugurava o complexo desportivo.

No ano de 2006 entrava em funcionamento a área dos idosos e dois anos depois a área da saúde, com a Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Média Duração e Reabilitação, com 24 camas, e a Unidade de Medicina Física e Reabilitação.

“Curiosamente, esta unidade tem acordos com algumas seguradoras, mas não tem com o Serviço Nacional de Saúde, pelo que os utentes das respostas sociais da LATI tem que ir ao exterior para fazer a sua reabilitação”, lamenta Sertório Herrera, diretor de serviços administrativos.



Em 2009, a instituição criou uma Loja Social que instalou no pré-fabricado onde o ATL começou a funcionar em 1980.

Atualmente, a instituição acolhe 48 utentes em ERPI, 80 em SAD e outros tantos em Centro de Dia. Na área da infância, frequentam a LATI



35 bebés em creche, 75 crianças em pré-escolar, 120 em ATL e 110 em ATL Jovens. Com um corpo de 150 funcionários e mais 60 prestadores de serviço, a LATI ainda apoia 145 pessoas através do Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) e acompanha 220 famílias do RSI.

Do universo de pessoas que a instituição apoia e acolhe, segundo Sertório Herrera, “a maioria são pessoas desfavorecidas, mas há quem não seja, quer por questões de sustentabilidade quer por razões de quebrar barreiras, a fim de não segregar ninguém”.

“Uma das preocupações que as instituições têm que ter, cada vez mais, é com a sustentabilidade. Apoiarmos apenas os mais desfavorecidos seria o ideal, mas isso tonaria a instituição insustentável”, sustenta o diretor da LATI, sublinhando: “Queremos ser uma instituição aberta, onde os nossos utentes estão em contacto diário com a comunidade e o contrário também é verdade, seja pelo complexo desportivo, seja pelo bufete. Por isso, costumamos dizer que somos uma instituição aberta à comunidade”.

Apesar de ter as vagas todas preenchidas, a LATI não para de receber solicitações de utentes.

“Não sei se a resposta que há na cidade é suficiente para as necessidades, até porque há outras IPSS no concelho, mas o que se passa com a LATI é que a procura é muito superior à oferta. Contudo, nós optámos por ter uma resposta um pouco atípica, porque tentamos enriquecer ao máximo as respostas que damos aos idosos. Por exemplo, os nossos utentes podem frequentar o complexo desportivo, o que seria impossível em termos de custos para muito utentes terem aulas de hidroginástica... Para além disso, também apostamos muito em áreas técnicas que os lares, centros de dia e SAD não estão obrigados, como consultas de psicologia, terapia da fala e terapia ocupacional, com resultados surpreendentes”, argumenta, considerando que o foco da instituição não está no alargamento da capacidade das respostas, mas em melhorar os serviços.

“Neste momento essa é a aposta, no enriquecimento do serviço. E, por isso, a aposta nestas áreas que não são muito típicas. E ainda andamos à procura de uma forma experimental de apostar na diversidade da resposta”, refere Sertório Herrera, exemplificando: “É muito curioso ver o efeito que a terapia ocupacional tem nos utentes, em especial nos que padecem de Alzheimer. Apesar de não estarmos vocacionados para dar resposta a esses utentes, não lhes podemos virar as costas, seja à entrada para a instituição, seja no decurso da sua estadia. É curioso ver o efeito da terapia ocupacional



em utentes cuja doença estava a evoluir cada vez mais e a regressão de alguns sintomas ser evidente fruto dessas atividades. Isto para nós é muito motivador, é uma espécie de experimentalismo, mas é muito gratificante ver que a aposta na qualidade do serviço tem resultados práticos nos utentes e na sua qualidade de vida”.

E para melhorar a qualidade de vida dos utentes, a instituição quis melhorar a qualidade do seu serviço, tendo há cerca de um ano iniciado o processo de certificação.

“Estamos a notar que, cada vez mais, temos uma noção mais aprofundada dos serviços que prestamos e essa, para já, é a grande diferença que sentimos. Não há dúvida que a certificação da qualidade tem muito de processo burocrático, que é a parte negativa, mas isso obrigamos a ter noção das evidências do trabalho que fazemos. É muito fácil dizermos que determinado utente está a melhorar, mas é o processo inerente à qualidade que nos dá os dados que confirmam essa noção que vamos tendo. São esses registos que nos dão uma imagem mais concreta do trabalho que efetuamos. Mais do que se traduzir numa qualidade imediata do serviço é ter a noção da qualidade do serviço. E isso levou-nos a melhorar, porque isto também serve para nos apercebermos de coisas que não estavam a funcionar tão bem”, assegura o diretor de serviços administrativos, que garante que a LATI está financeiramente “num ponto de equilíbrio”.

“Queríamos dar mais resposta para satisfazer essa procura que temos e, para isso, necessitávamos de fazer um investimento a nível de infraestruturas para podermos dar mais resposta, mas para termos equilíbrio financeiro não podemos arriscar. Não é prudente arriscar esse investimento, pelo menos para já”, afirma, acrescentando: “Já equacionámos poder criar mais um piso no edifício dos idosos e saúde e, atravessada esta crise sem cair na tentação de dar um passo maior do que a perna, achamos que poderíamos avançar para um investimento. Só que ao fazermos isso poderíamos pôr em causa a sustentabilidade da instituição, por



isso estamos nesta fase de equilíbrio na expectativa que da parte do Estado haja disponibilidade de investimento na área social. A população está a envelhecer de dia para dia e não se vê investimento do Estado para fazer face às necessidades emergentes e crescentes. Temos a tentação e sentimos a necessidade de dar resposta a mais gente, mas não temos condições para o fazer sem pôr em risco o equilíbrio financeiro que vivemos”.

E se este é um projeto adiado para já, a instituição tem um sonho maior.

“A LATI tem um anteprojeto para construir um edifício de raiz com todas as respostas dos cuidados continuados integrados. Isto passaria por demolir o pré-fabricado onde está a Loja Social e, nesse terreno, construir um equipamento que desse resposta a todas as tipologias dos cuidados continuados. E o culminar desse projeto seria a criação de raiz de uma resposta para as demências”, revela Sertório Herrera, comentando ainda: “Esta é uma lacuna enorme na sociedade portuguesa. Devem contar-se pelos dedos de uma mão, e sobram dedos, as instituições que prestam apoio especializado e específico a utentes com demência. Esta é uma lacuna perante a evidência de que cada vez há mais gente com esses problemas e a esperança média de vida continua a aumentar”.

E como seria Setúbal sem a LATI?

“É minha convicção que seria pior em vários aspetos. Desde logo, a LATI, mais que não fosse, só com a construção deste Centro Comunitário do Bocage revitalizou esta zona, que era um monte ermo, onde existia apenas lixo e os contentores de apoio à construção da urbanização da Camarinha, e era um ponto de consumo e de tráfico de drogas. Depois, o mais importante são os serviços que prestamos aos utentes, isto é, os serviços diários a milhares de pessoas. A comunidade setubalense estaria muito pior sem a LATI, a não ser que houvesse outra instituição que desse as respostas que nós damos”, sustenta, destacando um sentimento que atravessa a LATI: “Sentimos, a cada dia que passa, cada vez mais orgulho no serviço que prestamos e isso reflete-se na qualidade de vida dos utentes”.

PREVISÕES DA DEMOGRAFIA

Portugal vai perder 23 por cento da população até 2070

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, defendeu que a instabilidade no emprego em Portugal é o “mais poderoso fator” para a diminuição da natalidade.

O governante reagiu assim às conclusões do relatório sobre envelhecimento (‘Ageing Report’ 2018) da Comissão Europeia segundo o qual a população portuguesa irá reduzir-se em 23% até 2070, para 8 milhões de pessoas.

Para Vieira da Silva, a queda da população portuguesa projetada pela Comissão Europeia “é um cenário muito desafiante e algo perturbador” que tem de ser contrariado com medidas que corrijam as principais causas: a diminuição da natalidade e o aumento da emigração. “É muito difícil esperar que as famílias tenham mais filhos quando elas vivem num cenário de grande instabilidade no emprego”, sublinhou Vieira da Silva, acrescentando que esse é “o mais poderoso fator que leva à diminuição da natalidade”.

Segundo disse, entre 2010 e 2011, cerca de 100 mil crianças nasciam por ano em Portugal e os últimos dados mostram que houve uma redução no curto prazo de cerca de 17%, para 83 mil nascimentos por ano.

“Há poucos anos, as mulheres tinham o primeiro filho numa idade entre os 25 ou 26 anos. Hoje têm depois dos 30. As mulheres portuguesas não deixaram de ter filhos, têm é menos filhos do que tinham e muitas vezes não porque querem, mas porque as condições económicas e sociais não lhes permitem”, afirmou o ministro.

Vieira da Silva disse que o Governo deverá avançar com novas medidas para incentivar a natalidade, mas realçou que “o fator decisivo” passa por haver “mais confiança no trabalho”, lembrando que o executivo está a trabalhar nesse sentido com alterações laborais para combater a precariedade.

Sobre o aumento da emigração, o ministro afirmou que, apesar de o saldo migratório ter

sido mais equilibrado em 2017, o número de emigrantes continua a ser superior ao dos imigrantes, pesando de forma significativa na redução da população ativa portuguesa.

“Em 2017, o saldo já foi mais equilibrado, mas vivemos anos duros de diminuição da população ativa por uma emigração maior do que a imigração”, destacou Vieira da Silva.

Segundo o relatório da Comissão Europeia, a população portuguesa deverá descer dos 10,3 milhões de euros de habitantes em 2016 para cerca de 8 milhões em 2070 (menos 2,3 milhões de pessoas).

Já a população em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos), que em 2016 representava 65,1% da população total deverá cair para 52,7% em 2070.

A Comissão Europeia projeta, por outro lado, um aumento da taxa de fecundidade para a maioria dos países, incluindo Portugal, que passará dos 1,34 filhos em média por mulher em 2016 para 1,59 em 2070.



RGPD

COMO GARANTIR A CONFORMIDADE SEM PERDER A EFICIÊNCIA?

SOFTWARE DPO
INTEGRA COM AS SOLUÇÕES F3M

SERVIÇOS DE CONSULTORIA E IMPLEMENTAÇÃO RGPD

CONTACTE-NOS!

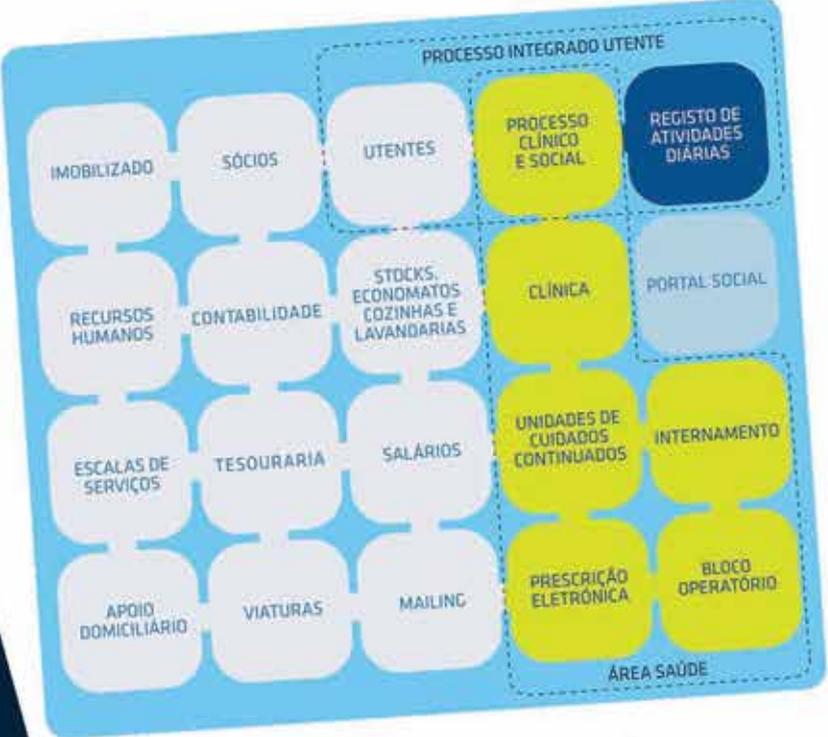
GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN

FORMAÇÃO CERTIFICADA

SOFTWARE ESPECÍFICO PARA O SETOR DA ECONOMIA SOCIAL



+ DE 3000 CLIENTES




F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda





DESEMPREGO

Beneficiários do subsídio têm vindo a diminuir

O número de beneficiários de prestações de desemprego foi de 183.733 em abril, menos 2,4% face ao mês anterior e menos 13,1% comparando com o mesmo período do ano passado, segundo os dados mensais da Segurança Social.

De acordo com as estatísticas, foram atribuídos em abril 147.485 subsídios de desemprego, uma redução de 2,5% relativamente a março e uma queda de 11,4% face ao período homólogo.

Já o subsídio social de desemprego inicial diminuiu 8,4% comparativamente a março e, face ao período homólogo, caiu 19,3%.

Entre março e abril existiram menos 402 beneficiários de subsídio social de desemprego subsequente, representando uma descida de 1,7% e, tendo em conta abril de 2017, registou-se um decréscimo de 27,6% (menos 8.965 indivíduos).

O valor médio das prestações de desemprego desceu face ao mês anterior, passando de 485,6 euros para 479,87 euros em abril, tendo aumentado 6,8% face ao período homólogo.

Numa nota, o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho sublinha ainda que a redução do período de elegibilidade de 360 para 180 dias na medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração, prevista na Lei do Orçamento do Estado para 2018, fez com que a prestação chegasse a um número mais alargado de beneficiários.

Em abril, esta prestação chegou a 5.138 pessoas, um aumento de 8,5% e de 57,4% face ao mês anterior e mês homólogo, respetivamente.

Os dados mostram ainda que em abril foram atribuídos 139.452 subsídios por doença, uma descida de 6,8% face a março e um decréscimo homólogo de 10,7%.

Os beneficiários do sexo feminino representaram 60,2% do total dos subsídios por doença, apresentando-se em superioridade em todos os grupos etários, enquanto os restantes 39,8% corresponderam a beneficiários do sexo masculino.

Quanto às pensões de velhice da Segurança Social, foram processadas 2.033.522 em abril, menos 362 do que em março e mais 1.695 pensões face ao mesmo mês de 2017 (um aumento de 0,1%).

Foram atribuídas 1.077.196 pensões de velhice (53% do total) a pensionistas do sexo feminino e 956.326 (47% do total) a pensionistas do sexo masculino.

Em abril foram registadas 712.174 pensões de sobrevivência, mais 35 face a março e menos 3.413 pensões em termos homólogos (descida de 0,5%).

Por sua vez, a concessão de pensões de invalidez em abril caiu 0,7% face a março, para 176.361 pensões e, tendo em conta o período homólogo, registaram-se menos 59.943 pensões, uma redução de 25,4% “explicada pela transferência de beneficiários da pensão



social de invalidez para a prestação social para a inclusão”, refere o gabinete.

RSI PARA MAIS GENTE

O Rendimento Social de Inserção chegou a mais 11.743 pessoas em um ano, registando-se em abril 224.634 beneficiários, mais 5,5% em relação ao período homólogo e cerca de mais 1% quando comparado com março.

Os dados são do Instituto da Segurança Social (ISS) e mostram que entre abril de 2017 e abril de 2018, mais 11.743 pessoas passaram a beneficiar do Rendimento Social de Inserção (RSI), o que representa um aumento de 5,5% em relação aos 212.891 registados no ano passado.

Por outro lado, representa também um aumento, ainda que menor, quando comparado com os dados de março, mês em que 222.218 beneficiários receberam esta prestação social.

Igual tendência verifica-se nas famílias beneficiárias, que, no prazo de 12 meses, passaram de 96.034 para 102.254, ou seja, mais 6.220 agregados com direito a receber RSI, o que representa um aumento de 6,47%.

Quando comparado com o mês de março, o aumento foi bastante inferior, mais 0,69%, o que ainda assim representou mais 701 famílias.

Olhando para a distribuição geográfica, a maior parte dos beneficiários do RSI estão nos distritos do Porto (62.044), Lisboa (35.808) e Setúbal (18.478), com a Região Autónoma dos Açores bastante próxima (17.995).

Entre as famílias, a maior parte também está no distrito do Porto (26.695), Lisboa (16.097) e Setúbal (8.316).

Em termos de valores monetários, em março o valor médio por beneficiário ficou nos 114,25 euros, enquanto nas famílias foi de 257,81 euros.

PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO

Mais de 75 mil pessoas receberam em abril

a Prestação Social para a Inclusão, quase mais 58 mil pessoas no espaço de dez meses, desde outubro do ano passado, quando esta prestação social entrou em vigor.

Em abril houve 75.045 pessoas a receber a Prestação Social para a Inclusão, mais 387 do que em março, o que significou um crescimento de 0,5%.

Comparando com o mês de outubro de 2017, quando esta prestação começou a ser paga, há mais 57.659 pessoas a terem direito a receber a Prestação Social para a Inclusão, depois de esse mês ter começado com 17.386.

Este valor foi aumentando gradualmente nos meses seguintes, mas é em janeiro de 2018 que se regista o salto maior, quando passam a haver 72.340 beneficiários, facto explicado pela conversão oficiosa das pensões sociais de invalidez nesta prestação, tal como é explicado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP).

A Prestação Social para a Inclusão foi criada pelo atual Governo como forma de apoiar as pessoas com deficiência, estando prevista para graus de incapacidade iguais ou superiores a 60%.

No caso de graus de incapacidade entre os 60% e os 80%, é atribuída uma componente base de 264 euros que poderá ser acumulada com os rendimentos da pessoa com deficiência.

Nestes casos, o valor de referência para a componente base é de 3.171,84 euros por ano e o limiar de acumulação para rendimentos de trabalho é de 8.500 euros anuais, valor acima do qual há direito a benefícios fiscais. O limiar de acumulação com rendimentos não profissionais é de 5.084,30 euros por ano.

Já nos casos de graus de incapacidade iguais ou superiores a 80%, a componente base poderá ser acumulada com rendimentos de trabalho e será atribuída independentemente do nível de rendimentos dos beneficiários.

ENCONTRO NACIONAL DE IPSS, SETÚBAL

Apesar das dificuldades as IPSS não se vão desviar da sua matriz

No âmbito da XII Festa da Solidariedade, o Fórum Municipal Luísa Todi, em Setúbal, acolheu o Encontro Nacional de IPSS, promovido pela CNIS, em que a Cooperação foi o tema em reflexão e debate. O enquadramento constitucional, as bases e os constrangimentos da Cooperação preencheram a agenda do dia de trabalho dos mais de 150 participantes na sessão, que arrancou com uma mensagem motivadora do presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues.

Nas conclusões coligadas e comunicadas pelo presidente da CNIS (e que pode conhecer através do Editorial, na página 3), o destaque recai na urgência em “avançar com o processo de revisão legislativa, prevista desde a Adenda ao Compromisso de Cooperação para 2016, tendo como objetivo a discriminação positiva das instituições de solidariedade no quadro fiscalizador e sancionatório, bem como a finalidade de assegurar a sua sustentabilidade, que permanece imóvel”.

O padre Lino Maia reafirmou que, “mesmo perante todas as dificuldades, as instituições não transigirão nunca no que respeita ao cerne da sua matriz: garantir o acolhimento preferencial das pessoas e famílias em situação de maior desfavorecimento”.

Aliás, a questão das dificuldades enfrentadas pelas IPSS foi transversal aos três painéis que preencheram o programa, tendo sido debatida com mais acuidade no painel da tarde que abordou aquilo que são os «Constrangimentos na Cooperação».

O advogado Simões de Almeida comparou a cooperação com o Estado a “um casamento disfuncional” em que o marido (Estado), “porque paga, acha que pode pôr e dispor da mulher” que em casa trabalha e contribui para a harmonia familiar.

“O Setor Social Solidário sofre de violência doméstica, porque a ação do Estado é excessiva”, concluiu, para de seguida elencar os três principais constrangimentos na cooperação: “A falta de confiança do Estado nos parceiros, o excesso de tutela e a falta de respeito institucional”.

E aqui, em certa medida, Simões de Almeida sustentou que da falta de estratégia que por vezes enferma a ação do Estado e seus organismos, surgem casos como os determinações para que as creches passem a ter uma direção-técnica exercida por um educador de infância sem sala, ou o da Prestação Social para a Inclusão e o conflito com a vontade do Estado de que, por exemplo, as pessoas com deficiência não sejam inabilitadas, duas medidas “suspensas, para melhor estudo”, ou ainda o imbróglie e stresse criado com a entrada em vigor do Regulamento



Geral de Proteção de Dados.

Para o causídico, “é fundamental que o Estado ouça quem usufrui dos serviços e quem os presta” para melhor aquilatar o que se está a fazer e a qualidade desses serviços.

Por fim, “para que a cooperação funcione é preciso que a relação entre o Estado e o Setor Social Solidário seja um casamento saudável e funcional e que os filhos, que são os utentes, sejam felizes”, rematou Simões de Almeida.

De seguida, Alfredo Cardoso, presidente da Associação de Solidariedade Social, Cultural e Recreativa de Santa Maria de Braga, um dos dirigentes mais participativos e interventivos nas Assembleias Gerais da CNIS, preferiu usar a metáfora do dono da bola. “O Estado pensa que é o dono da bola e comporta-se como tal”, começou por dizer, mas, no fundo, não é bem assim.

“O Estado e os privados se querem que fiquem com as sobras, porque nós é que somos os donos da bola, porque somos melhores”, afirmou,

acrescentando: “Nós temos mérito, mas pouco falta para nos atribuírem um ranking como o que fizeram para as escolas. É a fase seguinte ao ataque que sofremos de dizerem mal de nós!”.

Alfredo Cardoso referiu ainda que “há evolução todos os dias no debate das questões sociais”, mas a não repercussão na realidade prende-se com o facto de que “vão contra o pensamento único estabelecido. E, por isso, defendeu a realização de um entendimento alargado nas entidades e no tempo.

“Devia ser possível colocar em cima da mesa o pacto de regime. A cooperação seria melhor se fôssemos mais unidos e isso poderia passar por um pacto de regime a 12 anos como complemento ao Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social”, defendeu, instigando os presentes “a batalhar por um pacto de regime a 12 anos e pela introdução de um fator de correção na cooperação”.

“Não estamos na ação social como complemento

do Estado, estamos no meio do Estado, mas não somos Estado, asseverou, citando, a fechar, Santa Teresa d'Ávila: "A verdade pode padecer, mas nunca perece".

No final exortou os presentes à união, dizendo: "Por uma cooperação autêntica, unidos venceremos".

Por seu turno, Jaime Ramos, presidente da Fundação ADFP, de Miranda do Corvo, elencou como principais constrangimentos na cooperação "a desconfiança dos agentes do Estado, a partidarite, que facilita ou complica pela cor política, a excessiva regulamentação e a postura medíocre do Poder Local, que tem medo da concorrência".

E concretizou, por exemplo, acerca da educação com a "cooperação mínima e a visão estatizante", com a "concorrência do Poder Local no pré-escolar", com a "nacionalização/municipalização dos ATL" ou ainda os contratos de associação, dizendo que "negócio é diferente de cooperação", referindo ainda as participações "insuficientes" no que toca às ERPI ou ainda a falta de discriminação positiva no caso das creches e dos contextos sociais em que se inserem.

Afirmando que o Setor Social Solidário "é um produto da liberdade e democracia", Jaime Ramos considera que "um futuro brilhante para o país exige capital, empresários e bem transnacionais, mas essencialmente um Terceiro Setor forte".

Da parte da manhã, Mariana Canotilho, especialista em Direito Constitucional, abordou a consagração na Constituição da República do Setor Social Solidário, alertando que o "peso constitucional do setor é maior do que, muitas vezes, se pensa".

A professora catedrática lembrou que "muitos especialistas falam sobre a constitucionalidade do Setor Social, mas apenas tocam e fogem", não aprofundando e não dando seguimento a essas reflexões.

Lembrou a importância do Artigo 82 da Constituição, que no seu nº 4 consagra o setor cooperativo e social e que muitas vezes é esquecido em detrimento do Artigo 63, sustentando, de seguida, que "o Setor Social está entalado entre o Estado e o setor Privado".

Por isso, para Mariana Canotilho, "é necessário fazer uma ponte entre o modelo inscrito na Constituição e o que acontece na realidade, e isto passa também por uma adaptação do vocabulário para que haja um melhor enquadramento constitucional, e definir o modelo de Estado Social que se quer".

Por outro lado, a jurista considerou que "são dever de garantia das IPSS os princípios da universalidade e da igualdade" e isto emerge porque "há obrigações decorrentes dos direitos das pessoas, ou seja, dos utentes, porque a relação das instituições com o utente é sempre uma relação com um sujeito titular de direitos fundamentais".

Seguiu-se o painel sobre as «Bases da Cooperação», que Filomena Bordalo, assessora da CNIS definiu desta forma: "Associe a cooperação a um edifício e as bases ao seu alicerce que é a parte da construção que suporta o peso e mantém fixo e nivelado o prédio no terreno".

Após uma revisita ao Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, que em dezembro completa 22 anos, Filomena Bordalo reafirmou que "a fiscalização [do Estado] não substitui o



acompanhamento técnico", sintetizando a sua intervenção em 10 bases da cooperação: "Ao Estado, como garante dos direitos sociais, é imposto constitucionalmente o dever de apoiar as instituições e de as integrar no sistema da Segurança Social; o reconhecimento, por parte do Estado, da idoneidade das instituições, bem como da sua natureza particular e, consequentemente, do seu direito de livre atuação e da sua plena capacidade contratual, com respeito pelas normas legais aplicáveis; existência de uma rede de solidariedade e a valorização, por parte do Estado, do trabalho de proximidade das instituições; a responsabilidade das instituições no exercício da ação social, em ordem à otimização das respostas e à rentabilização dos recursos financeiros disponíveis para o efeito, permitindo atender mais pessoas e famílias; a aceitação do princípio de que as instituições devem privilegiar as famílias, os grupos e os indivíduos económica e socialmente desfavorecidos; participação financeira justa, por parte do Estado; a corresponsabilização solidária do Estado no domínio do apoio técnico, por forma a favorecer o desenvolvimento das atividades e a prestação de serviços das instituições; participação das instituições na conceção, planificação, execução e avaliação das políticas sociais, ao nível nacional, regional e local; valorização das parcerias, constituídas por entidades públicas e particulares, para uma atuação integrada junto das pessoas e das famílias; estímulo e valorização do voluntariado social, tendo em vista assegurar uma maior participação e envolvimento da sociedade civil na promoção do bem-estar e uma maior harmonização das respostas sociais".

A fechar, a assessora da CNIS afirmou que "as instituições são um bem indispensável, não são um mal necessário".

Completo este painel, Susana Branco, da União das Misericórdias Portuguesas, que abordou essencialmente as dificuldades de relacionamento entre o Estado e o Setor Social Solidário.

Na abertura dos trabalhos, o destaque vai para a mensagem enviada pelo presidente da Assembleia da República, lida aos presentes pelo padre José Batista, da Direção da CNIS.

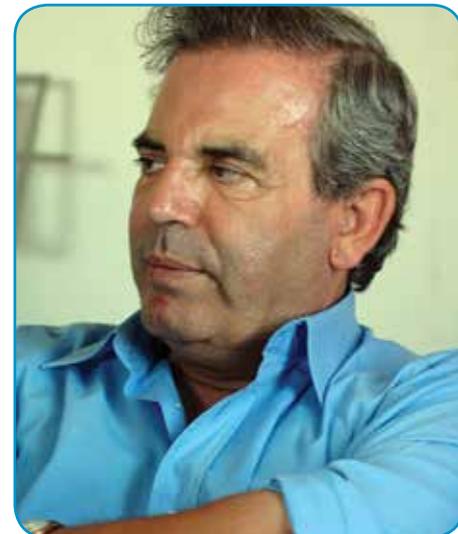
Dirigindo-se ao presidente da CNIS, em nome da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues começou por saudar o Encontro nacional de IPSS, prosseguindo: "Uma saudação especial porque, como sabe, a solidariedade social é uma das causas da minha vida. Sei bem que as IPSS têm um conhecimento único das pessoas e dos territórios, das suas potencialidades e das suas vulnerabilidades. Não esqueço, quando lancei o Rendimento Mínimo Garantido, o papel que tiveram estas instituições na implementação da medida no terreno, de forma a que chegasse efetivamente a quem mais precisa. O Estado não dispensa o contributo da sociedade civil quando desenha e quando concretiza as políticas públicas. Porque a democracia e o conhecimento da sociedade não se esgotam nos partidos e nos representantes políticos. E porque todos somos poucos quando se trata de responder aos desafios da pobreza e das diferentes formas de desigualdade e exclusão, a todos desejo um excelente Encontro Nacional".

A fechar os trabalhos, após a intervenção do presidente da CNIS, falou aos presentes, no Fórum Luísa Todi, a secretária de Estado da Segurança Social.

Cláudia Joaquim, para além de reafirmar a vontade e aposta do Governo na cooperação com o Setor Social Solidário, anunciou que está para breve a negociação com a CNIS e demais representantes do Terceiro Setor, uma proposta de alteração do Estatuto das IPSS, elaborada pelo Governo, porque considera que "com a última alteração legislativa, o Estado não consta como parceiro, mas como fiscalizador".

Nesse sentido, Cláudia Joaquim deu nota que também o Governo parece querer que ganhe força o acompanhamento da Segurança Social às IPSS em detrimento do excessivo papel fiscalizador.

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt



“PORTUGUESES: satisfeitos com o governo, ...insatisfeitos com a VIDA”!

Foi exatamente esta a mensagem que o jornal PÚBLICO adotou, recentemente, como título de primeira página.

Convenhamos que não é, propriamente, normal que os portugueses, sempre críticos e insatisfeitos com os sucessivos governos, manifestem satisfação pela ação governativa do atual Governo. Porém, está à vista de toda a gente que a acalmia social em que temos vivido, apesar da permanência de muitos problemas sociais ainda não resolvidos, deve ser atribuída ao atual Governo e ao Presidente da República que, de forma coordenada, têm provado que é preciso saber fazer política para estar de bem com o Povo. Até os sindicatos amainaram!!!

Também aqui se confirma a importância de **saber gerir as expectativas** dos eleitorados!

Já em relação à insatisfação das pessoas com o quotidiano, somos confrontados com índices de satisfação que colocam Portugal num dos lugares mais baixos da Europa.

Apesar de se ter registado um aumento de satisfação em relação a anos anteriores, em que a mesma questão lhes foi colocada, já em relação ao estado da saúde, por exemplo, continuam ainda como percepções negativas sobre o Serviço Nacional da Saúde, onde estamos em 9ª posição mais insatisfeita.

Não será, por acaso, que só 49% dos inquiridos consideram bom o estado da saúde em Portugal! E os outros 51%?

Resulta das conclusões do estudo, que foi oportunamente realizado e que está na base destas conclusões, a percepção negativa sobre a falta de medidas para **reduzir as diferenças**

entre os níveis de rendimento dos cidadãos.

Atenção: em relação a esta percepção convém assinalar que **nove em cada dez** consideram muito injusta esta diferença!

Acredito que o Governo, que se tem mostrado **exímio em gerir expectativas**, andará especialmente atento à “voz da rua” que começa a dar sinais de insatisfação em relação ao que se passa no SNS e às crescentes diferenças entre os níveis de rendimento dos cidadãos.

Já em relação à educação...**parece que vamos ter tempestade à vista!**

Para bem de todos, espera-se que o Primeiro-ministro continue a revelar-se um político experiente e hábil na forma de lidar com os sucessos e insucessos do seu Governo, tudo fazendo para saber harmonizar a aplicação de **boas medidas políticas** com o valor da **paz social**.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

A América Central de novo em foco

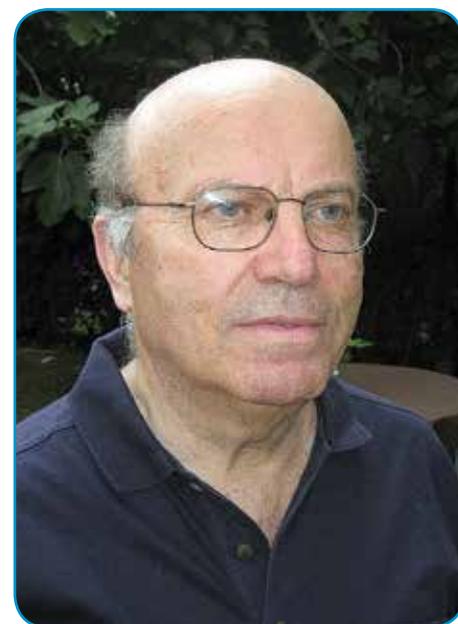
Há uns anos atrás, alguns países da América Central motivaram um grande interesse da opinião pública internacional. Tudo porque ali se travava uma guerra, embora indirecta, entre as duas superpotências que então dominavam o mundo: os Estados Unidos e a União Soviética.

Entre as batalhas de cariz ideológico e militar que deram rosto a essa guerra, algumas mereceram uma atenção muito particular, como foi o caso das que se travaram na Nicarágua e na República de El Salvador, mas esse interesse começou a diminuir desde o fim da chamada “guerra fria”. O início de um novo capítulo nas relações entre Washington e Moscovo acabou por se traduzir na redução dos conflitos que agitavam os países que eram apoiados pelas duas potências que disputavam a hegemonia mundial. A partir dessa altura, a América Central foi perdendo parte do interesse que, durante alguns anos, tinha merecido à Comunicação Social.

Ora acontece que, nos últimos tempos, a América Central voltou a renovar esse interesse por causa dos problemas que vêm agitando alguns

países daquela região. Referimo-nos particularmente, à Nicarágua, onde a agitação social se tem traduzido em violentos protestos de rua a que o governo tem respondido com a utilização de uma força que já provocou dezenas de mortos e feridos, entre os quais muitos estudantes. As consequências desta reacção governamental obrigou mesmo a intervenções públicas da hierarquia da Igreja Católica. Na origem dos protestos esteve o anúncio de que o presidente e antigo revolucionário sandinista Daniel Ortega, se preparava para introduzir algumas alterações de fundo na política social do seu governo.

A Nicarágua foi, ao lado de El Salvador, o país da América Central, em que de tornou mais visível e intenso o confronto ideológico e político entre os movimentos ou partidos geralmente catalogados como de direita ou de extrema direita, e os partidos ou movimentos ditos de esquerda ou de extrema esquerda. Os primeiros, reunidos à volta da família do antigo ditador Somoza, eram apoiados pelos Estados Unidos; os segundos, encabeçados pelo movimento sandinista, tinham o apoio da União Soviética, de Cuba e da Venezuela.



No início deste século, o sandinismo já tinha perdido uma parte do seu radicalismo original e o presidente Daniel Ortega, um dos “heróis” da política latino americana para a opinião pública ocidental, até já tinha suavizado a sua própria imagem de revolucionário radical. Mesmo assim, é hoje contestado violentamente na rua, até por antigos companheiros de revolução, desencantados com a situação social a que a Nicarágua chegou. É mais um caso a provar que a política é um terreno fértil para o nascimento e para a morte de heróis.

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do
Centro Social de Ermesinde*

“Inverno demográfico”

1- No recente Congresso do PS, o Primeiro-Ministro trouxe à ordem do dia e das preocupações centrais do Estado o problema a que se tem chamado o “inverno demográfico” – caracterizado, no essencial, por um fenómeno de envelhecimento acelerado da população portuguesa, como efeito conjugado de dois factores principais, um positivo e outro negativo.

O factor positivo é o facto de os portugueses viverem cada vez mais tempo; isto é, em virtude do desenvolvimento do País, com melhores condições de vida, de habitação, de saneamento, de higiene, bem como dos inegáveis êxitos associados ao Serviço Nacional de Saúde, a esperança de vida em Portugal tem crescido, lenta mas persistentemente, ao longo das últimas décadas – ao fim e ao cabo (e as coisas estão associadas), desde que vivemos em democracia.

Embora esse aumento da longevidade não venha necessariamente acompanhado de boas condições de saúde na parte final da vida, ao contrário do que sucede nos países democráticos mais desenvolvidos do que o nosso.

Mas este factor positivo converge no processo de envelhecimento global com o facto, este negativo, de a natalidade ter vindo, durante o mesmo período, a diminuir, também de forma lenta e persistente.

Em resultado deste efeito conjugado, estima-se que a população venha a diminuir, no espaço das próximas décadas, reduzindo-nos a cerca de 8 milhões de portugueses residentes no nosso País.

Como é fácil concluir, este envelhecimento e diminuição da população terá efeitos, designadamente no nosso sistema de protecção social, a não ser que se altere o seu modelo de financiamento, integrando nas receitas da Segurança Social a tributação dos rendimentos gerados nas empresas de capital intensivo: na verdade, havendo menos pessoas a descontar para a Segurança Social, e enquanto os robôs não forem tributados, tendem a diminuir as receitas cobradas para a cobertura do sistema de pensões; e, por outro lado, o prolongamento do tempo de vida após a reforma ou a aposentação exigirá da mesma Segurança Social um esforço financeiro acrescido para fazer face ao pagamento das mesmas pensões, durante mais tempo para cada beneficiário delas e a cada vez mais beneficiários.

No mesmo sentido, o aumento do tempo de vida, desacompanhado de boas condições de saúde, fará continuar a agravar a despesa do Serviço Nacional de Saúde, já que todos queremos – e

teremos esse direito – que o Estado faça o possível por nos manter vivos durante mais tempo.

Mas serão menos pessoas a pagar os impostos, que são todavia necessários para o financiamento do SNS.

Ora, se, já com o panorama actual, somos confrontados com o défice crónico do Serviço Nacional de Saúde, com a falta de recursos para medicamentos de ponta e com atrasos no pagamento a fornecedores, é de prever que essa tensão tenda a agravar-se à medida que as despesas de saúde cresçam e haja menos contribuintes a pagar para elas.

(É certo que parece haver muito desperdício no sistema actual: não quero afiançar, até porque a memória já não é o que era, mas creio ter ouvido, em Coimbra, no Convento de S. Francisco, na cerimónia do lançamento do livro de João Semedo e António Arnaut, “Salvar o SNS”, em que estive presente, que cerca de 3.000 milhões de euros são transferidos anualmente para as parcerias público-privadas da saúde; mas, mesmo que se corrija todo esse desperdício, a questão do financiamento futuro do SNS permanece em aberto.)

2 – Sou dos que pensam que a actual longevidade é um bem e que haverá que prosseguir os caminhos, e as políticas públicas, que permitam que esta tendência se mantenha.

E também espero – e exercerei o meu direito de voto nesse sentido – que o Estado se empenhe em que essa vida mais longa se alongue também em qualidade.

(Não queremos replicar o exemplo da Sibila de Cumas – que, tenho obtido de Apolo o dom da longevidade, mas tendo-se esquecido de lhe pedir em simultâneo o dom da eterna juventude, ficou tão encarquilhada e gasta com o passar dos anos que já só pedia para morrer.)

(Para o meu modo de ver, a longevidade com direitos não pode ser classificada como uma “peste grisalha”, como lhe chamou, no tempo da troika, o deputado do PSD, Carlos Peixoto.)

Também a propósito dos êxitos do nosso SNS, haverá que creditar-lhe o facto de Portugal ser um país exemplar na área da protecção neonatal e materno-infantil, com diminuição da taxa de mortalidade infantil para valores residuais – quando, antes do 25 de Abril, éramos um recorde nesse campo pelas razões contrárias.

(O Dr. Albino Aroso ficará na história da nossa saúde pública por essa façanha.)

Isto é, Portugal é um bom País para nascer.

Terá de ser também um bom País para viver;

para vivermos todos ...

3 – Não é a ocasião de tentar explicar as causas de, nesse contexto favorável, se manter baixa a taxa de natalidade.

Há para tanto decerto muitas razões, nem todas atribuíveis a factores externos, como os que tenho visto descritos: falta de habitação, emprego precário, escassos rendimentos, diminuição do índice de fertilidade por agressões ambientais ou pelo stress ...

As razões individuais, muitas aliás respeitáveis, têm também seguramente o seu peso; e o papel da mulher no mundo, acentuando a urgência na instauração da igualdade de género, que hoje constitui uma bandeira nos países civilizados, ajuda a explicar este efeito.

Não: o que me traz ao tema são ainda as políticas públicas.

Na semana que agora acaba, quer o PS, no Congresso, quer o PSD, pela voz, embora isolada, do seu Presidente, vieram lembrar-nos a urgência da retoma do ritmo de nascimentos que torne viável o futuro do nosso País, prenunciando mais um acordo para reformas estruturais.

António Costa, na estratégia de esvaziamento ideológico do programa do futuro Governo, elegeu, associada a esta questão do “inverno demográfico”, a necessidade de fazer regressar os emigrantes jovens e qualificados que saíram de Portugal durante o ajustamento e o Governo da troika, através de uma política de valorização dos salários e de reforço da segurança do emprego.

Por sua vez, Rui Rio veio propor um conjunto de medidas de incentivo directo à natalidade, afastando a condição de recursos para as prestações familiares e reforçando os estímulos materiais em que se traduzem tais prestações.

Outro caminho é aquele em que muitas Instituições Particulares de Solidariedade Social têm participado, no âmbito do acolhimento de refugiados provenientes do Próximo e do Médio Oriente, em regra famílias jovens e com muitas crianças já nascidas em Portugal.

Muitas dessas famílias poderão querer regressar aos seus países de origem, quando a paz vier; assim como nós pretendemos o regresso dos jovens portugueses que emigraram nos anos de maior crise.

Como escreveu Horácio, nas Odes, “Quid terras alio calentes / Sole mutamus? Patriae quis exul / Se quoque fugit?” (“Para que terras alheias / por outros sóis candentes? Quem da Pátria / sai a si mesmo escapa?” - trad. Jorge de Sena).

LIGA DOS AMIGOS DA QUINTA DO CONDE, SESIMBRA

Criar centro de convívio para utentes do SAD é projeto para breve

Tudo começou corria o ano de 2001, mas volvidos alguns anos e já com trabalho feito, a Liga dos Amigos da Quinta do Conde alterou o rumo de ação e, em 2007, avançou para a vertente social, com o propósito de apoiar a população da freguesia. “A ideia era encontrar uma forma de encontrar benfeitorias para a Quinta do Conde”. Uma creche, um pré-escolar, desde maio um SAD são as valências da instituição, mas a falta de apoio estatal e de reconhecimento autárquico são mágoas entre os seus dirigentes.

A LAQC – Liga dos Amigos da Quinta do Conde teve origem num jantar entre quatro amigos, moradores na freguesia do concelho de Sesimbra, preocupados com as necessidades na localidade.

“A ideia era encontrar uma forma de encontrar benfeitorias para a Quinta do Conde e, então, decidimos criar a LAQC, que teve um papel muito importante a nível de ecossistema, algo que nos preocupava bastante, com um trabalho muito válido na limpeza do rio Coina, por exemplo, com a criação um jornal «O Condense», transformado agora em boletim”, conta José Anselmo, presidente da instituição.

Tudo começou corria o ano de 2001, mas volvidos alguns anos e já com trabalho feito, os responsáveis pela instituição decidem alterar o rumo e, em 2007, equacionam abraçar a vertente social, com o propósito de apoiar a população da freguesia.

“Inicialmente não era bem na área da infância que pretendíamos entrar, mas mais os idosos, mas como estava no auge o PARES, que apoiava a criação de creches, acabamos por ir por aí. E, então, decidimos avançar, alterámos os estatutos e todo o sistema para entrarmos na vertente social”, recorda José Anselmo.

Com o apoio do PARES, em 2011, o equipamento para acolher a creche estava concluído e o arranque da atividade social deu-se com a inauguração do novo edifício, onde desenvolve atualmente as respostas sociais.

Apesar de o início ter sido pela área da infância, a LAQC pretendia apoiar a população mais idosa, a necessidade que a Direção sentia como mais premente.

“Isto foi um núcleo clandestino durante muito tempo e veio para aqui muita gente de muitos lados. A determinada altura as pessoas começaram a envelhecer e não havia respostas, como ainda hoje não existe um lar. Há privados, mas de IPSS não há nenhum”, contextualiza o presidente, acrescentando: “Por isso, estarmos as pensar em avançar para esse apoio, mas como o que estava aberto em termos de candidaturas era para creches e como nos desafiaram,



dizendo-nos «já que estão com essa vontade toda, por que não avançam para uma creche?». E avançamos!”.

Foi feita uma pré-candidatura ao PARES, o então presidente da Câmara de Sesimbra também acolheu muito bem a ideia e quando a instituição tinha as coisas mais alinhavadas, pediram um terreno que foi cedido. “Na altura, nesta zona da Boa Água e do Pinhal do General, o loteador foi deixando uns espaços para equipamentos sociais e este era um deles”, explica o presidente da LAQC, revelando que, face aos contratemplos que tiveram, “só a grande força de vontade é que permitiu ultrapassar uma série de obstáculos”.

O projeto orçou em cerca de 600 mil euros, mas com ampliação para o pré-escolar o valor, entretanto, duplicou.

Cientes das necessidades da comunidade, os dirigentes da Liga já começaram a pôr em marcha o projeto social inicial, ou seja, o apoio aos

idosos.

Há sete anos a trabalhar a área da infância, a instituição agora abre-se à terceira idade e no início de maio começou a funcionar o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). E José Anselmo está convencido que mais vale tarde do que nunca.

“Cada vez há mais necessidade”, atira, acrescentando: “Quando vim para aqui tinha vinte e poucos anos, hoje tenho 71 e como eu muitos. Grande parte da população, como é normal, está a envelhecer e há necessidades. Apostamos mais no apoio no domicílio do que num lar, porque queremos manter as pessoas no seu meio. Não podemos empurrar as pessoas para os lares”.

Para o dirigente, a ação da instituição deve ser canalizada para “fazer um serviço de qualidade, mantendo a pessoa no seu meio ambiente, em sua casa”.

A funcionar desde o início de maio, o SAD tem três utentes e uma capacidade para apoiar 40,

sendo que não tem acordo de cooperação.

“Este processo do SAD já anda enrolado para quase quatro anos. A informação que vem do Centro Distrital é que não há cabimento orçamental. Agora, com a situação que criaram com o PROCOP, digo-lhe honestamente, o Estado tem um depósito e uma torneira que só vai abrir quando quiser. Isto é complicado, porque esta é uma zona de pessoas com grandes dificuldades e nós estamos a praticar uns valores muito próximos do limite. Vamos ao encontro das possibilidades das famílias. Sabemos que no início teremos que investir, mas se não houver apoio da Segurança Social vai ser muito complicado. Vamos ver o que isto dá, mas o PROCOP limita-nos muito. Depois, fizemos todos os requerimentos antes do PROCOP ser lançado e agora fecharam-nos a torneira e temos que esperar que abra. Não se sabe é quando será!”, critica, explicando a forma como estão a definir as mensalidades: “Na análise que fazemos da situação financeira das pessoas procuramos utilizar as tabelas da Segurança Social, apesar de não termos acordo de cooperação. Se não fosse assim, pelo menos, duas das três pessoas que já apoiamos não poderiam ser apoiadas. Os valores que pagam quase não chegam para pagar o valor da refeição”.

José Anselmo considera que a instituição “está a fazer um investimento”, porém não sabe “até quando conseguirá suportar sem o acordo de cooperação”.

“Esperamos aumentar o número de utentes em breve. Como disse, lançámos este processo há cerca de quatro anos, publicitámo-lo e começaram logo a aparecer pessoas interessadas, mas isto é algo que as pessoas querem para hoje ou até para ontem, nunca para daqui a uns tempos... Agora estamos a prestar o serviço, mas muitas dessas pessoas encontraram outras respostas”, sustenta.

Para o líder da LAQC, “as mensalidades são bastante baixas, porque ainda há muita gente desempregada ou em que só um dos pais trabalha, e grande parte a ganhar o ordenado mínimo. Temos aqui mensalidades muito baixas e já tivemos diversas situações em que não levávamos dinheiro nenhum, mensalidade zero”.

Mesmo assim, a instituição pretende dar uma resposta mais diversificada à população idosa e, depois da abertura do SAD, tenciona criar um Centro de Convívio como complemento ao apoio no domicílio.

“Como entendemos o SAD não é suficiente ir apenas a casa das pessoas, pelo que a nossa ideia, e já pedimos apoio à Câmara, é criar um Centro de Convívio para que as pessoas com alguma autonomia possam sair de casa e conviver com outras. Manter as pessoas apenas em casa, apesar do apoio que lá se vai dar, também não é a solução. O nosso projeto prevê esta situação, já pedimos à Câmara um espaço, que até pode ser partilhado, mas que esteja já construído ou, então, um espaço livre para podermos avançar. Este espaço que temos para as crianças é bom e suficiente, mas para idosos não é tão funcional. Este é um dos nossos objetivos e esperamos conseguir concretizá-lo em breve”, revela José Anselmo.

Neste momento, a instituição acolhe em creche 76 petizes e 25 em pré-escolar (todos cobertos por acordo de cooperação), uma resposta com capacidade para 75. Este défice de



frequência está a levantar problemas à instituição e a Direção tem algumas críticas ao sistema.

“Todos os anos da nossa creche saem 34 crianças, o que dava logo para sala e meia. Não havendo acordo, e com a Câmara a abrir salas de pré-escolar, apesar de nós termos duas salas vazias, muitas das crianças vão para outros sítios. Enquanto não houve nada as IPSS eram as melhores e até eram ajudadas, agora começa a haver outras respostas e as IPSS começam a ser empurradas”, lamenta, critica: “Vai havendo alguma resposta, mas, na verdade, apesar de nós estamos inseridos na Rede Pública, a Câmara prevê construir mais duas salas, estando aqui duas salas disponíveis. Isto não se percebe! Devia haver mais cooperação, mas infelizmente não é assim”.

Assim sendo, como está a saúde financeira da LAQC?

“Equilibrada, porque a gestão é muito rigorosa e feita com muita cautela. Para além de um serviço de excelência, na alimentação e nos cuidados, isto tem que ser gerido com muita ginástica, recebendo de um lado e pagando do outro. Procuramos ter as contas equilibradas, salários e tudo o resto em dia, mas temos ainda uma dívida de 170 mil euros, fruto da construção do equipamento”.

Com uma equipa de 27 funcionários a que se juntam mais 12 fruto do acordo com a autarquia, a LAQC já teve uma cantina social, mas cerca de dois anos depois desistiu.

“O que aconteceu foi que nós não tínhamos parte ativa na seleção das famílias e começaram a acontecer coisas que achámos menos corretas. Pessoas que não tinham necessidade vinham aqui mandadas por eles e havia outras pessoas que tinham necessidade e não podiam vir. Aconteceram coisas menos agradáveis e questioneei a diretora da Segurança Social com a possibilidade de, a continuarmos com a Cantina Social, termos parte ativa na seleção das famílias e ela mandou-me pôr a questão à secretária de Estado. Disse-lhe que era a ela que tinha que pôr a questão, porque quem faz a seleção das famílias estão sob a alçada dela, ao que ela me



disse que se quiséssemos desistir o podíamos fazer. Disse-lhe que não queria desistir, mas dar refeições a pessoas que realmente precisam, o que não estava a acontecer. E, assim, acabámos por desistir”, conta o presidente da instituição.

E como seria da Quinta do Conde sem a LAQC?

“Mais pobre. Sou suspeito, mas a Liga, desde o seu aparecimento em 2002 até agora, tem feito um bom trabalho e continua a ser importante. Embora, e nós fizemos questão de colocar nos estatutos que a Liga é apartidária, quando não se está ligado a nada ou não se concorda com determinadas situações, parece que há assim um pôr de lado. E sinto isso em relação à Liga. Nós somos certificados pela norma ISO 9001, temos o Nível A da Segurança Social, ou seja, queremos e prestamos um bom serviço, mas isso não é reconhecido pelo poder autárquico. O trabalho que fazemos, até este momento, ainda não foi reconhecido”, lamenta José Anselmo.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



SINAL MAIS

GERTAL ITAU

SOGENAVE

STRONG ALARMIBÉRICA S.O.V. INFRASECUR CHARON TAMPER

UPK CLIMAMOR

B2B

CERGER

FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE

IBERLIM NOVA SERVIÇOS

PAPIRO

VIVAMAIS

SERDIAL

BIOSOG

TICKET SERVIÇOS FLEXBEN

A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

CHARON
Alvarás: 32 A | 32 B | 32 C

S.O.V.
Alvarás: 14 A | 14 C

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS



TRIVALOR

EDP SOLIDÁRIA

Um milhão de euros para melhorar conforto nas IPSS

A vai disponibilizar dois milhões de euros para apoiar projetos nas áreas social e da saúde, que melhorem o conforto térmico e a situação energética dos mais vulneráveis, e ensinem a poupar na energia.

“Todos os projetos que vamos apoiar em 2018, quer na área da inclusão social, quer na área da saúde, têm como objetivo melhorar o conforto térmico e minimizar a precariedade energética de públicos vulneráveis”, disse à agência Lusa o administrador executivo e diretor-geral da Fundação EDP.

As ajudas vão ser canalizadas através do programa EDP Solidária que, em 14 anos, apoiou quase 400 projetos para mais de um milhão de pessoas.

O objetivo é melhorar a qualidade de vida dos mais vulneráveis, não só alterando as condições térmicas dos edifícios onde se encontram, por exemplo, as instituições, mas também ensinando a lidar com a energia para conseguir poupar.

O apoio vai dividir-se em um milhão de euros para inclusão social, como combate ao isolamento dos idosos, necessidades especiais, doença mental, intervenção em situações de risco e vulnerabilidade, além de acesso à taxa social e avaliação da possibilidade de reduzir a



despesa energética.

A área de saúde receberá também um milhão de euros, para projetos ligados a equipamentos médicos para hospitais e instituições de solidariedade, explicou Miguel Coutinho.

As propostas podem ser apresentadas por hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e por entidades com licença para prestar serviços

nesta área, e por unidades que lidam com população mais vulnerável, como instituições particulares de solidariedade social (IPSS), juntas de freguesia, Caritas ou santa casa de misericórdias, consoante se trate da área da saúde ou da social.

O programa para projetos de saúde terão as candidaturas abertas entre até 20 de julho.

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 22 ANOS

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

TSR
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE
IPSS

SECTOR
ECONOMIA
SOCIAL

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

UNIDADES DE SAÚDE

GESTÃO DE IMÓVEIS

ORDENADOS

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL **NOVO**

CONTROLO DE PRESENÇAS

ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA

TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS)

RECEITAS SEM PAPEL

ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

WWW.TSR.PT

t(m. [+351] 939 729 729
t(f. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

tsr@tsr.pt

100%
CLIENTES
SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES
SEM COMPROMISSO

facebook/tsrsi

“ESTOU AQUI”

Mais de 83 mil crianças com pulseira de localização

Mais de 83 mil crianças receberam no último ano uma pulseira do programa “Estou aqui!”, que ajuda a localizar crianças perdidas dos pais, disse a PSP. Segundo dados disponibilizados pela PSP, entre 01 de junho de 2017 e 29 de maio deste ano foram registados 83.433 pedidos de pulseiras. “No Estou Aqui Crianças tivemos duas [ativações] no verão passado, sendo que uma foi de imediato anulada pois os pais apareceram quando estava a ser comunicada”, adianta a PSP.

Em 2015 foram registados 33.500 pedidos de pulseiras e 69.758 em 2016, indica a PSP, destacando que Lisboa (19.261) e Porto (9.065) foram os distritos com mais pedidos.

O programa deixou de ser sazonal, passando a estar ativo 365 dias por ano (01 de junho a 31 de maio imediatamente a seguir) e a idade foi alargada (era dos 2 aos 09 e passou dos 2 aos 10 anos). Os pais que pretendam aderir ao programa têm de fazer um registo prévio da criança no ‘site’ <https://estouaqui.mai.gov.pt/>, sendo as pulseiras levantadas nas esquadras escolhidas após o registo ter sido concretizado com sucesso.

Caso as pulseiras não sejam levantadas até ao 25.º dia, o pedido é cancelado.

Em caso de desaparecimento da criança, através de uma chamada para o 112 serão acionados os mecanismos necessários de comunicação com as forças de segurança, que enviam para o local do desaparecimento uma patrulha policial. “Os elementos policiais credenciados identificam o processo da criança através do código alfanumérico da pulseira e acionam o

contacto de emergência dos pais/encarregados de educação da mesma ou responsáveis da escola”, é referido.

“ESTOU AQUI ADULTOS”

Cada pulseira é única, sendo atribuída a cada uma um número diferente que, apesar de perceptível, só pode ser lido pela PSP, através da base de dados.

No que respeita ao programa “Estou Aqui Adultos”, a PSP adianta que com a fase experimental que decorreu em 2015, desde o início da fase alargada do programa, a 20 de março de 2017, foram pedidas cerca de 4.963 pulseiras, tendo-se registado até hoje 21 ativações efetivas.

Os dados da PSP indicam que há mais mulheres a utilizar o programa, representando mais de 62% dos pedidos, sendo a faixa etária mais visada a dos 80-89 anos, com quase 1.900 pedidos.

À semelhança do programa das pulseiras para as crianças, os distritos com mais pedidos são Lisboa, Porto e Setúbal.

A fonte da PSP disse que “todas as ativações foram bem-sucedidas, ou seja, a pessoa foi encontrada na rua, perdida e desorientada e graças ao contacto com a central 112, rapidamente os filhos ou cuidadores puderam ir buscar a pessoa”. A PSP “não tem acesso ao quadro clínico das pessoas”, por isso, “não é possível indicar a patologia associada à situação”. “Mas por base estão normalmente associadas a doenças degenerativas do espectro das demências como a



Alzheimer”, indicou.

Estas pulseiras mantêm-se ativas por dois anos, explica a PSP.

A iniciativa “Estou aqui Adultos”, segundo a PSP, foi “pensado para garantir a segurança de todos os utilizadores na via pública e para promover o reencontro célere com o familiar ou conhecido previamente indicado”.

Este programa é especialmente dirigido a pessoas que devido à idade ou doença, possam ter momentos de desorientação e ficarem incapacitadas de dizer quem são e de indicar os seus contactos de emergência.

Para obter uma pulseira “Estou aqui Adultos” é necessário fazer uma pré-inscrição na página <https://estouaquiadultos.mai.gov.pt/Pages/Home.htm> e levantá-la na esquadra selecionada.

As pulseiras são pessoais, intransmissíveis e gratuitas e podem ser ativadas em outros países da União europeia.

AGÊNCIA EUROPEIA PARA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Direitos das pessoas mais velhas têm que ser melhor protegidos

Os direitos das pessoas mais velhas têm de ser mais bem protegidos, alertou a Agência Europeia para os Direitos Fundamentais, segundo a qual cerca de 60% dos europeus veem o envelhecimento como um obstáculo na procura de emprego.

O relatório deste ano da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA) tem um especial enfoque no envelhecimento e nos direitos das pessoas mais velhas, apontando que, nas sociedades modernas, o envelhecimento tem uma conotação negativa e as pessoas idosas são frequentemente vistas como um fardo, principalmente as que precisam de proteção social. “O envelhecimento aparece mais nos discursos públicos em relação à perda de capacidades físicas e mentais do que relacionado com o acumular de experiência de vida”, salienta a FRA.

O organismo aponta que as pessoas mais velhas estão mais expostas a práticas discriminatórias, desde a procura de emprego a questões mais estruturais, como limites de idade no acesso a bens e serviços ou a falta de políticas sobre matérias como a pobreza ou o aumento do risco de violência e de abusos por parte dos cuidadores.

No entanto, a FRA também chama a atenção para o facto de não se poder olhar para a idade como o único fator discriminatório, sublinhando que aspetos como o género, condições de saúde,

rendimentos, meios para sustentar uma vida independente ou o local de residência podem aumentar ou diminuir o risco de violação dos direitos fundamentais. “Mulheres idosas, migrantes idosos, pessoas idosas com deficiência ou a viverem em condições de pobreza enfrentam desafios complexos e agravados e um maior risco de passarem por situações de violação dos seus direitos”, exemplifica.

Na opinião da FRA, as pessoas mais velhas são caracterizadas como pouco produtivas, frágeis e incapazes, “especialmente num contexto de uma sociedade que está a envelhecer e enfrenta desafios quanto ao seu futuro demográfico e a sustentabilidade das suas pensões e do seu sistema de proteção social”.

“Tais perceções podem aumentar a exclusão, discriminação e marginalização e afetar a solidariedade intergeracional, ao colocar os jovens contra os idosos”, lê-se no relatório.

Em matéria de direitos individuais, e com base em dados do Eurobarómetro, a FRA revela que 56% dos europeus considera que ter mais de 55 anos é uma desvantagem no momento de procurar emprego. Por outro lado, em 2016, uma em cada quatro pessoas com mais de 65 anos revelou ter dificuldades em ir ao médico por causa da distância, enquanto uma em cada cinco disse te

dificuldades em aceder a cuidados médicos por causa dos custos.

Olhando para certos tipos de grupos, a FRA aponta que o género aumenta as desigualdades e a discriminação entre as pessoas mais velhas, sublinhando que o fosso entre homens e mulheres em matéria de pensões chegou aos 37,5% em 2015 entre as pessoas com mais de 65 anos. Alerta também que estas desigualdades se fazem igualmente sentir entre as minorias, como as comunidades ciganas ou os imigrantes, e as pessoas com deficiência.

A FRA defende, por isso, a necessidade de aumentar a proteção contra a discriminação com base na idade, através da adoção da diretiva da União Europeia sobre a igualdade de tratamento. Propõe também uma melhor utilização dos fundos europeus para a promoção da inclusão e a igualdade de tratamento das pessoas mais velhas.

O Eurostat estima que em 2080 as pessoas com mais de 65 anos representem 29,1% da população da Europa a 28, contra 19,2% em 2016.

O relatório da FRA chama ainda a atenção para os direitos das crianças -- a pobreza infantil mantém-se elevada -- das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero (LGBT), ou dos direitos das vítimas de crimes.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



AS GIGANTES TECNOLÓGICAS

Como criar concorrência

A Facebook é um monopólio natural. As externalidades de rede tornaram-na um monopólio imbatível.

Até agora todas as tentativas de verdadeira concorrência falharam. A Elon, a Secret e a Mastodon estão hoje no baú das boas intenções que deram com os burros na água.

Calcula-se que o limiar de rendibilidade de uma estrutura de rede social similar à Facebook estará na roda dos 100 milhões de utilizadores. A Facebook levou quatro anos a atingir essa quota. Atualmente, com os 2 bilhões de utilizadores da Facebook, não sobra muito para iniciativas concorrentes – não é fácil chegar aos 100 milhões, sobretudo chegar lá em tempo de não ver investidores e utilizadores a levantar âncora.

Claro que as boas almas até podem dizer que a Facebook está a perder utilizadores para o Instagram ou para o Whatsapp sobretudo nas camadas mais jovens.

É verdade, contudo, como o Instagram ou a Whatsapp pertencem à Facebook que diferença faz? Porventura, não muita!

Parece claro que concorrer com a Facebook copiando o modelo, isto é, serviço gratuito e fazer dinheiro com publicidade, é próximo de impossível – algo de novo, um modelo diferente será necessário para produzir algum efeito.

Temos de perceber que quando um serviço é gratuito deixamos de ser clientes – passamos nós a ser o produto!

Uma possibilidade consiste em desenhar um modelo por subscrição, isto é, um modelo em que os utilizadores pagam uma renda, simbólica que seja, para ter a acesso à rede.

Mas porque diabo haveria alguém de pagar por algo que pode ter de borla?

Bons motivos podem não faltar. Desde logo pertencer a uma rede em que não se é permanentemente bombardeado por publicidade. Depois ter a certeza da absoluta privacidade dos seus dados. Finalmente nem sequer é difícil bater os standards da Facebook – quando se é monopolista não precisamos de polir muito o que produzimos.

Não se pense que estou aqui a inventar a roda. Esse projeto já foi tentado, mas não resultou. A Vero, assim se chamava a empresa, tentou criar concorrência efetiva ao Instagram. O promotor da iniciativa

era Ayman Hariri, filho de um ex-primeiro ministro libanês. O produto parecia ser claramente superior ao Instagram e chegou a captar 4 milhões de utilizadores.

No entanto o projeto acabou por colapsar, curiosamente, em parte, por questões reputacionais. Uma empresa de construção da família Hariri foi acusada de maltratar os trabalhadores e os clientes da Vero, que o eram em parte por questões morais, não ficaram propriamente bem impressionados. Muito embora os alegados maus tratos fossem posteriores à saída de Ayman Hariri da empresa de construção a verdade é que os impactos na reputação foram fatais.

Na Suécia foi recentemente lançado mais um projeto de rede social por subscrição. A ideia, mais uma vez, é que vale a pena pagar para garantir que é a comunidade da rede social que está no controlo e não os anunciantes e que a privacidade dos dados é absolutamente garantida.

O nome do projeto é Idka, o custo é pouco mais que simbólico – 2 dólares por mês – mas obviamente não é garantido o sucesso. Boa sorte!

Mas há talvez uma solução mais radical. O que tem valor numa rede social, em termos mercantis, são os conteúdos que os utilizadores por lá deixam bem como a sua informação pessoal.

Como defendi em crónicas anteriores, no plano da mera justiça moral, as redes sociais deveriam partilhar os seus ganhos publicitários com aqueles que produzem os conteúdos ou que permitem a utilização da sua informação pessoal.

Sabemos que não será assim com os modelos que estão no mercado. Enquanto deixarem Marck Zuckerberg embolsar 40% das vendas em resultados líquidos ele não vai repartir um cêntimo com ninguém.

Se queremos uma rede social livre de publicidade, onde a nossa informação pessoal e os conteúdos que geramos não possam ser vendidos, simplesmente não há receitas e não há como remunerar os conteúdos.

A Steemit é uma experiência recente que procura quadrar este círculo, garantindo que a informação pessoal é segura e não pode ser vendida, mas, ao mesmo tempo, remunerando os conteúdos. Naturalmente não

os podem remunerar em dólares ou euros correntes. A solução encontrada foi pagar numa criptomoeda similar à Bitcoin a que deram o nome de Steem.

A Steem, tal como a Bitcoin pode ser trocada no mercado por dinheiro “real” e vale atualmente 3 dólares por unidade. Quanto à Steemit procura fazer dinheiro valorizando o seu stock de criptomonedas.

Mais uma vez, apesar da originalidade e da moda que por aí vai das criptomonedas, é tudo menos garantido que vingue.

Já vimos onde os mercados, entregues a si mesmos, nos trouxeram: monopólios, afetação claramente subótima de recursos, danos nos consumidores e, sobretudo, riscos evidentes para a democracia liberal tal como a conhecemos nos últimos séculos.

Quando os mercados falham o estado pode e deve intervir.

Neste caso defendo que a grande orientação da ação das autoridades públicas deveria ser, para lá de intervenção regulatória onde se justificar, no sentido da criação de concorrência efetiva.

A portabilidade dos perfis pessoais entre redes seria uma medida importante para ajudar os que ousam desafiar o monopólio.

Porventura não é suficiente. Se eu mandasse pediria que estudassem o seguinte modelo: obrigar a Facebook a ter dois tipos de subscrições. Uma gratuita para quem não se importasse de entregar os seus dados pessoais, os conteúdos e levar com toneladas de publicidade em cima e outra paga, com um preço simbólico, mas livre de publicidade e com garantia de que os dados pessoais e os conteúdos não serão usados para fins publicitários.

O preço teria de ser mesmo simbólico e seria fixado por um regulador. A Facebook seria obrigada a proporcionar uma portabilidade perfeita entre as duas plataformas.

Poderia não dar em nada – a segunda plataforma não conseguir mais que uns poucos milhões de subscritores.

Mas imaginemos um cenário alternativo – a segunda plataforma consegue juntar umas centenas de milhões de subscritores.

O passo seguinte seria obrigar a Facebook a vender essa plataforma.

Talvez...

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

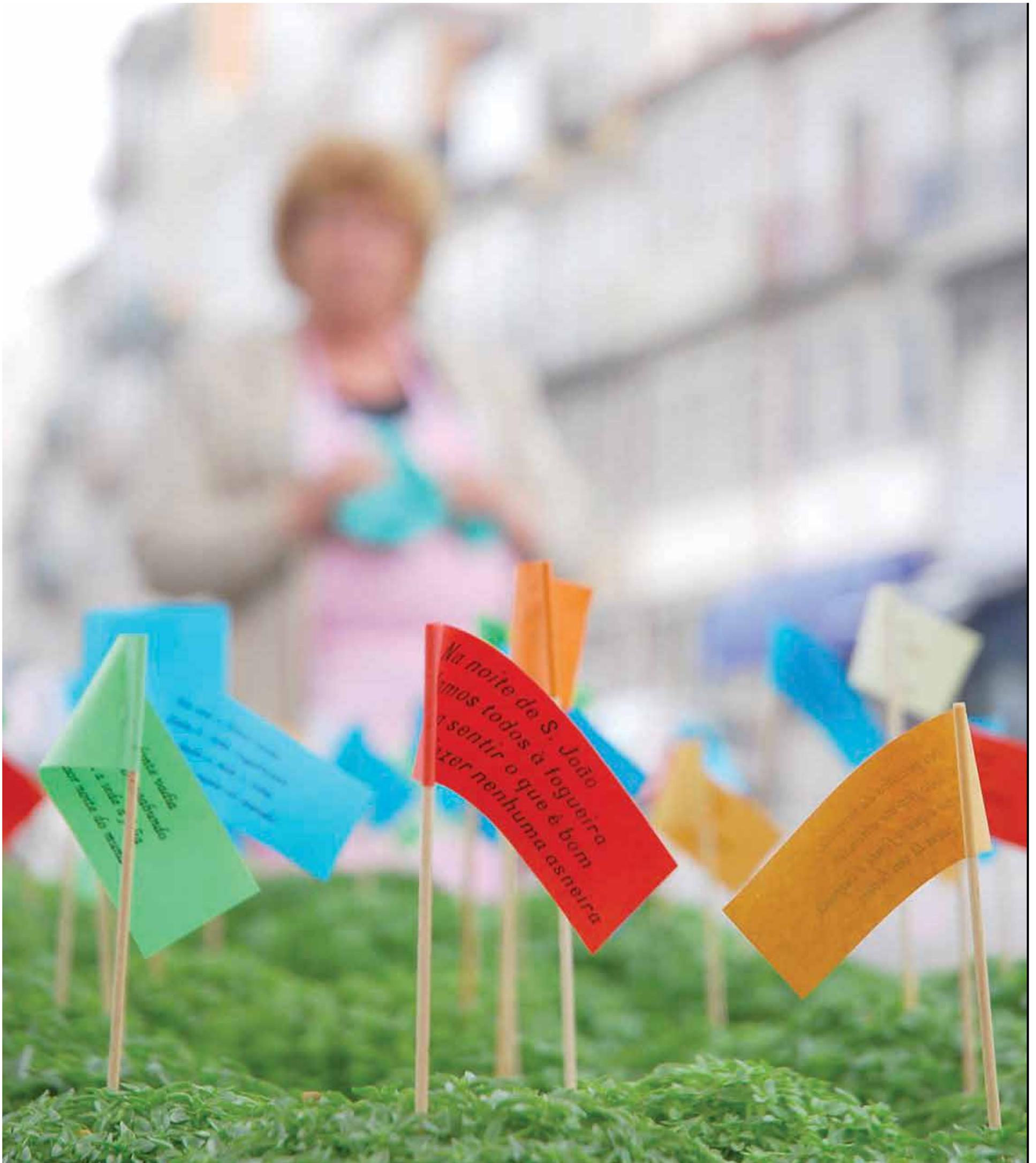


TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





Oh meu rico S. João...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto:** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto | **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braucamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares | **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

MISSING CHILDREN EUROPE

Perto de 6 mil crianças desaparecidas em 2017

Uma em cada cinco crianças desaparecidas na Europa enfrentou situações de violência, abuso, negligência ou exploração, segundo um relatório da organização Missing Children Europe.

A rede europeia de linhas de atendimento 116 000 existe em 32 países e em Portugal é gerida pelo Instituto de Apoio à Criança (IAC).

Em 2017, esta rede recebeu 188.936 chamadas em toda a Europa e prestou apoio a casos relativos a 5.621 crianças desaparecidas.

De acordo com o relatório lançado para assinalar o Dia Internacional das Crianças Desaparecidas, 19% das crianças declaradas desaparecidas nas linhas de atendimento enfrentaram situações de violência, abuso, negligência e exploração.

Os jovens em fuga são as principais vítimas, pelas situações a que involuntariamente se expõem “nos seus percursos de fuga” ou “na procura desesperada dos seus sonhos”.

Em 2017, os jovens que fugiram ou foram expulsos de casa constituíram 57,2% dos casos de crianças desaparecidas relatadas às linhas 116 000, mantendo-se como o no maior grupo de crianças desaparecidas em toda a Europa.

O relatório salienta que a maioria das crianças encontradas sem vida eram jovens em fuga

e que a percentagem de crianças/jovens que fogem repetidamente aumentou de 15% em 2016, para 16% em 2017.

Os raptos parentais constituíram o segundo maior grupo de casos, com 23,2% dos casos.

Em Portugal, os dados do SOS Criança Desaparecida alinham-se com esta realidade, numa proporção ligeiramente superior para os raptos parentais, de 32% (e 51% para as fugas nacionais).

Em 2017, 46% das crianças desaparecidas comunicadas às linhas 116 000, foram encontradas ainda nesse ano, um aumento de 4% em relação a 2016.

O relatório destaca também que, apesar de existirem milhares e milhares de crianças migrantes desaparecidas dos centros de acolhimento da Europa, são poucos os casos denunciados quer a estas linhas quer às autoridades policiais.

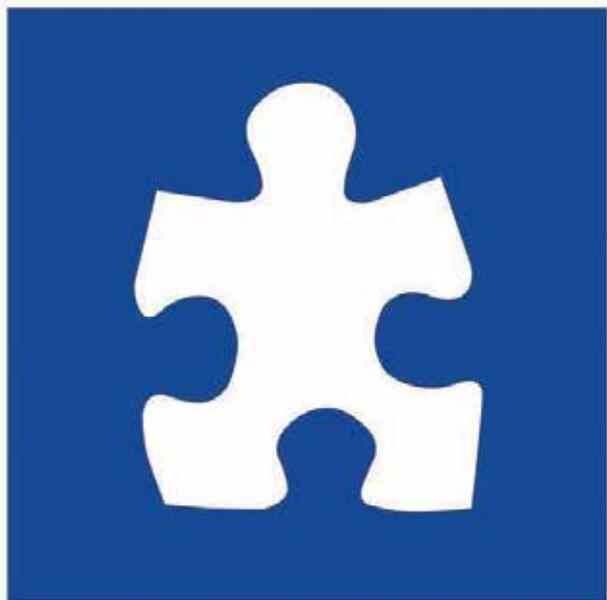
Segundo a Missing Children Europe, a subnotificação desses desaparecimentos e a falta de clareza sobre os papéis e responsabilidades em relação à prevenção e resposta a esse grupo muito vulnerável de crianças continua a ser uma questão preocupante. O documento revela ainda que os raptos

criminais representaram menos de 1% dos casos registados em 2017, como nos anos anteriores, enquanto os casos de crianças perdidas, feridas ou desaparecidas aumentaram em comparação com o ano passado, correspondendo a 14,3% dos casos.

Um em cada seis casos de crianças desaparecidas tinha natureza transfronteiriça, mostrando a importância da cooperação internacional entre os governos, as linhas 116 000, os tribunais e outras autoridades de proteção da criança, particularmente as autoridades centrais de cada estado membro.

No seu relatório a Missing Children Europe alerta que embora os governos nacionais garantam a maior parte do financiamento das linhas de apoio, as instituições que as gerem queixam-se que não tiveram acesso a financiamento das autoridades nacionais em 2017, pelo que a falta de recursos financeiros e humanos são os principais desafios citados repetidamente.

Segundo a organização, embora estas linhas diretas tenham respondido a mais de 1,2 milhões de chamadas relacionadas com crianças desaparecidas desde 2011, a falta de financiamento estável e contínuo coloca as linhas 116 000 em risco de encerramento.



Missing Children Europe

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL